

50

anos

edição especial



Sumário

- 2** Jubileu de ouro
- 4** A energia de sempre
- 14** Mensagem do dia
- 17** IBP e Petrobras: uma história brasileira de sucesso
Presidente Lula
- 18** Entrevistas com presidentes do IBP
- 23** Depoimentos
- 25** Comissões

IBP – 50 anos

Edição comemorativa do 50º aniversário de fundação do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP, idealizada e desenvolvida pela Revista Petro & Química, sob supervisão do IBP.

Imagens: Centro de Informação e Documentação Helio Beltrão – CID e Arquivo da Revista Petro & Química.

Rua Fernandes Vieira 45 – São Paulo / SP – CEP: 03059-023
Tel.: 11 3798-1838 – www.petroquimica.com.br

Jubileu de ouro

Na primeira semana de outubro, enquanto os membros da Comissão de Transporte Dutoviário comemoravam mais um sucesso da Rio Pipeline, o pessoal ligado à área de Eventos já preparava o Pavilhão Brasileiro que representaria uma dezena de empresas nacionais na Argentina Oil & Gas. O ritmo frenético ilustra bem como é o dia-a-dia do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis – a parte mais importante da história do petróleo no Brasil.

O IBP foi oficialmente constituído na tarde do dia 21 de novembro de 1957. Hélio Beltrão, Leopoldo Miguez de Mello e Plínio Cantanhede sabiam que o país necessitava de uma entidade capaz de disseminar o conhecimento tecnológico entre os profissionais ligados à indústria do petróleo. Leva-



ram essa proposta para a assembléia realizada no Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisas de Petróleo, onde estavam reunidos representantes de 19 empresas e uma entidade.

Naquele ano, o Brasil produziu uma média diária de 27 mil barris de petróleo, que não foram suficientes para sequer atender a demanda interna, que batia a casa dos 180 mil barris por dia. Sinal de que o Brasil precisava de mais – mais petróleo, mais refinarias, e principalmente, mais gente capacitada. Porque de nada adiantava ter todo esse petróleo se não houvesse alguém que soubesse como tirá-lo de lá e o transformasse nos produtos que compõem nosso moderno estilo de vida.



Nesse intervalo de 50 anos de atividades a serviço do desenvolvimento da indústria nacional do petróleo, o IBP participou de toda a dinâmica da indústria do petróleo no Brasil. Tornou-se o principal fórum de debates e disseminação de assuntos técnicos pertinentes a indústria de petróleo no país.

O IBP estabeleceu uma ligação tão estreita com o país que pelos próximos 50 – ou quantos anos forem necessários – não haverá um só tema de relevância que não será discutido no âmbito do Instituto.



Em 2007 o IBP continua capacitando pessoas. O número de associados, que hoje é de 230, mostra o quanto o IBP cresceu – no papel de ator principal de uma indústria que também cresceu, multiplicou sua produção de petróleo e derivados para atender toda a demanda. Mais do que isso, o IBP tem liderado importantes estudos setoriais para contribuir com o desenvolvimento da indústria nacional.



A energia de sempre

Em 1953, quando a Petrobras foi criada, quase não existiam profissionais especializados no setor. Mas o Brasil sabia que tinha petróleo – o país tinha um Conselho Nacional de Petróleo, reservas recuperáveis de 15 milhões de barris, uma refinaria que processava por dia 5 mil barris na Bahia e outras quatro em construção, no Rio de Janeiro, em Mauá e Cubatão / SP, e em Manaus / AM. Mas, por dia, o consumo de derivados atingia 137 mil barris – sinal de que o país precisava aumentar sua produção e seu parque de refino. Mais do que isso, precisava de mão-de-obra capacitada para projetar, construir e operar todas as instalações.

Não se completava uma década do fim da Segunda Guerra Mundial, e depender da importação de um produto estratégico parecia arriscado. O mercado mundial de petróleo era oligopolizado pelas sete irmãs: cinco petroleiras norte-americanas, uma anglo-holandesa e uma inglesa, embora um grupo de países produtores – formado por Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela – já se mobilizasse para criar um cartel internacional.

Leopoldo Miguez de Mello – um professor de física industrial da Escola Nacional de Química, que trabalhou na Standard Oil e no Conselho Nacional do Petróleo – suscitou a criação de uma entidade em que os técnicos pudessem trocar experiências

e se aperfeiçoar profissionalmente. A idéia tinha a simpatia dos executivos mais importantes do setor, como Helio Beltrão e Plínio Cantanhede, da Petrobras, Carlos Eugênio Nabuco de Araújo Jr., da Esso, e Mario Cabral Ramos, da Shell. Além do mais, existia um incentivo do Instituto Sudamericano del Petróleo, que em reunião em maio de 1957, estimulou a criação de institutos em todos os países da América Latina.

O Estatuto foi escrito e apresentado em uma assembléia realizada no Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisas de Petróleo, onde estavam reunidos representantes de 19 empresas e uma entidade. Era 21 de novembro de 1957, e o Instituto Brasileiro de Petróleo foi oficialmente

Ata da Assembleia Geral de Constituição do Instituto Brasileiro de Petróleo
 Em 21 de novembro de 1957, às 14 horas, no Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisas de Petróleo, à Avenida Pasteur 250, fundada, reuniram-se a Assembleia Geral de Constituição do Instituto Brasileiro de Petróleo, com a presença dos seguintes sócios fundadores: 1) Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), representada pelo senhor Leopoldo Miguez de Mello e Helio Beltrão de Castro; 2) Refinaria de Petróleo de Mangueira, representada pelo sr. Augusto Baptista Pereira; 3) Companhia de Petróleo de Aragoaia, representada pelo sr. Adão Amorim; 4) Esso Standard de Brasil S.A., representada pelo sr. Carlos Eugênio Nabuco de Araújo Junior; 5) Shell Brazil Limited, representada pelo sr. Mário Cabral Ramos; 6) Atlantic Refining Company of Brazil, representada pelo sr. Heitor Lima Rocha; 7) Companhia Brasileira de Petróleo G.P.F., representada pelo sr. Victor Basset; 8) Associação para o Desenvolvimento da Indústria de Óleo (ASIO), representada pelo sr. Alberto Pereira de Castro; 9) Companhia Ultramar S.A., representada pelo sr. José Américo Gonçalves de Oliveira; 10) Shell S.A. Indústria Brasileira, representada pelo sr. José Américo Gonçalves de Oliveira; 11) União Carbida de Brasil S.A., representada pelo sr. Jorge Henry Gomes; 12) Petróleo Industrial Petrolquímico S.A., representada pelo sr. Gabriel Monteiro; 13) Alca S.A., representada pelo sr. Manoel dos Reis; 14) Companhia Brasileira de Exploração e Refinação de Petróleo S.A., representada pelo sr. Manoel dos Reis; 15) Companhia Brasileira de Petróleo S.A., The Shell Co. South America S.A., Companhia Brasileira de Petróleo S.A. Indústria de Óleo S.A. e Zumbini (Olefinas S.A. S.A. S.A.), representada pelo sr. Leopoldo Miguez de Mello, que o representante da comunidade e por ele adunada a Assembleia de Constituição do Fundo Inicial, devidamente constituído, dando-lhe o nome de Instituto Brasileiro de Petróleo, e concordando de um documento, Anexo ao presente, que constitui o Estatuto do Instituto e concordando de um documento, Anexo ao presente, que constitui o Estatuto do Instituto, distribuído com antecedência a todos os presentes, passando a poder-se em nome do Instituto Brasileiro de Petróleo, que segue no Anexo Ultramar, profissionalmente, em todas as atividades de exploração, produção, distribuição e comercialização de petróleo e derivados.

Ata da assembléia de fundação: Petrobras, Abdib, refinarias, distribuidoras e petroquímicas dão o pontapé inicial em uma das mais importantes entidades do panorama econômico nacional



A partir da esquerda, os Srs. Leopoldo Miguez de Mello, Helio Beltrão e Plínio Cantanhede, respectivamente Diretor, Presidente e Conselheiro do IBP, reconduzidos à Administração do Instituto pela última Assembléia Geral Ordinária. Na ocasião foram também reeleitos o Diretor Augusto Baptista Pereira e o Conselheiro Heitor Lima Rocha

1919

Primeira perfuração realizada pelo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil – em Mallet / PR

1927

Proposta apresentada pelo deputado Ildefonso Simões Lopes específica legislação para o setor petrolífero – reservando a propriedade do subsolo e a exploração do petróleo somente a nacionais.

1937

Nova Constituição do País estabelece que as concessões para exploração das riquezas minerais só poderiam ser estendidas a brasileiros, ou empresas constituídas por acionistas brasileiros.

1938

Decreto-lei nº 366 acrescenta novo título ao Código de Minas, que institui o regime legal de jazidas de petróleo e gases naturais.
 Decreto-lei nº 395 institui Conselho Nacional do Petróleo.
 Descoberto petróleo no Kuwait e Arábia

1939

Descoberto o primeiro reservatório de petróleo no território brasileiro – na localidade de Lobato, no Recôncavo Baiano. A descoberta foi considerada sub-comercial.



Assembléia Geral, em 1963: participação de Plínio Cantanhede (de terno escuro) e Willian Zattar

constituído naquela tarde. Helio Beltrão foi escolhido para presidir a entidade e Leopoldo Miguez de Mello e Augusto Baptista Pereira como diretores. “Naquele tempo existia um pró-labore aos diretores e conselheiros. Mas quando pleiteamos a categoria de entidade de utilidade pública, os diretores e conselheiros não poderiam ser remunerados, então abrimos mão desses honorários – que era uma parcela insignificante”, lembra o diretor William Zattar, que fez parte da primeira diretoria da entidade.

“Eles juntaram as empresas mais importantes dos setores de exploração e produção, de refino, de distribuição, e petroquímica – e essas empresas fizeram uma contribuição inicial e o IBP foi fundado como um instituto de natureza privada, como um órgão técnico de estudos na área de petróleo, com uma concepção integrada da indústria”, lembra Otto Perrone, presidente do IBP entre 1995 e 2001.

Daí para frente era tocar o barco. Primeiro veio a Comissão de Armazenamento de Petróleo, depois as Comissões de Refino e de Laboratório. O IBP assinou seu primeiro convênio com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT já em 1958 – e com a colaboração desse órgão elaborou métodos de ensaio de laboratório para petróleo e derivados. O primeiro curso – Erros e Precisão de Medidas – foi realizado em 1962, mesmo ano em que ocorreu o primeiro seminário, sobre Corrosão.

Em 1968, o IBP realizou o Seminário Sul Americano de Corrosão que, juntamente com a Exposição Industrial, foi a chave de ouro que abriu as portas para a promoção de eventos. A fase internacional viria oito anos depois, com a participação no 1º Congresso Latino-Americano

de Petroquímica, na Argentina. Alguns cursos foram ministrados no exterior – no Equador em 1981 e na Venezuela em 1982. Outro aspecto importante do trabalho do IBP era realizado nas comissões técnicas – que suscitavam a interação entre os técnicos da indústria do petróleo, fabricantes de equipamentos e empresas de engenharia para vencer os desafios tecnológicos.

“A primeira fase do IBP pode se chamar de acadêmica – houve outras iniciativas, como a padronização de equipamentos, que representou, na época, uma redução de custos substancial, porque as fábricas se concentraram em alguns modelos e atingiram escala de produção para baixar preços. Foram feitas também padronizações de normas técnicas”, conta Eduardo Difini, que ocupou a cadeira da presidência entre 1986 e 1995.

Em entrevista à Revista Petro & Química – numa reportagem especial sobre os 25 anos do IBP – Helio Beltrão, disse que, em 1977, já podíamos proclamar que o Instituto havia passado brilhantemente pelo teste. “Tendo se firmado em definitivo como Instituição de natureza rigorosamente científica, o Instituto está desempenhando a função sonhada pelos seus idealizadores – a de ser um território neutro, onde se deixa de lado os interesses antagônicos, onde, juntos, empresários públicos e privados realizam o intercâmbio de experiências, utilizam serviços em comum e desenvolvem normas ajustadas às nossas realidades”.

Formação

Com as atividades de prospecção restritas, por lei, à Petrobras, a própria companhia se encarregava da for-



Assembléia Geral em 1968, presidida por Plínio Cantanhede



1941

Descoberto em Candeias / BA o primeiro campo comercial de petróleo do Brasil

1945

CNP aprova a participação de companhias privadas de capital nacional no refino do petróleo importado. Fim da Segunda Guerra Mundial

1948

Criação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. Inauguração da Refinaria de Marataipe, na Bahia

1953

Getúlio Vargas assina a Lei 2004, que cria a Petrobras como empresa estatal para as atividades ligadas ao petróleo



mação dessa turma – muitos deles enviados ao exterior ou formados em cursos montados sob medida, como o famoso curso de Geologia de Petróleo, ministrado em Salvador a partir de um acordo com a Universidade de Stanford. Cabia ao IBP fazer a interface com a indústria fornecedora de equipamentos.

Na outra ponta, quanto mais a cadeia se aproximava do consumidor final, o número de players crescia – e aí nada melhor que uma associação para congregar a formação dos profissionais. As refinarias iam sendo construídas à medida que a demanda por derivados crescia – o Brasil nem possuía tanto petróleo, mas estrategicamente sempre foi preferível comprar petróleo e refinar localmente do que importar os derivados prontos.

“Teve uma época que o Brasil importava 80% do petróleo, e é muito importante para um país como o Brasil ter uma capacidade de refino que atenda o seu mercado, para não depender de produto que nem sempre está disponível na escala que demanda. O volume de produtos que é comercializado no mercado mundial é relativamente pequeno em comparação com a quantidade de petróleo comercializada diariamente, e um dos itens que governam uma política de refino é ter um mínimo de capacidade necessária para atender o volume que o mercado demanda”, explica o conselheiro Armando Guedes Coelho.

A Petrobras já possuía três refinarias em 1964 e absorveu mais quatro – mas foi por pouco tempo. Em 13 de março, o presidente João Goulart



Assembléias em 1970, 71 e 72

anunciou reformas – no discurso da Central do Brasil, que reuniu 150 mil pessoas – encampando as refinarias privadas e estendendo o monopólio estatal à importação e exportação de petróleo e derivados. “Estabeleceu-se um prazo, com pagamento pífio – com o princípio que elas já tinham remunerado seu capital com os lucros”, conta Eduardo Difini, lembrando que, na época, “todos achavam que o mundo ia acabar”.

Antes de completarem os 30 dias de transição, o golpe militar destituiu João Goulart e revogou a

medida, iniciando um processo de negociação que incluía a sistematização da distribuição de lucros para os empregados, e o compromisso de investir na indústria petroquímica – o Grupo Soares Sampaio já tinham um plano pronto para instalar a produção de resinas nos terrenos vizinhos da Refinaria União. Manguinhos partiu para a produção de metanol, aproveitando um estudo do próprio Eduardo Difini, que mostrava a viabilidade de produção local de 200 toneladas por dia.

Os anos 60 registraram um grande marco, quando a produção de petróleo superou os 100 mil barris/dia – resultado das 11 descobertas na Bahia, ainda o único estado produtor, em 1962. Sergipe passou, um ano depois, a fazer parte das estatísticas, terminando a década com o início da produção no mar, no campo de Guariçema, em 1969 – quando o mundo assistia o início da produção no Mar do Norte e a Petrobras perfurava os primeiros poços na Bacia de Campos.

No início dos anos 70, a economia brasileira crescia a taxas superiores a 10% ao ano, impulsionando o consumo de derivados. Como responsável pelo abastecimento nacional, a Petrobras viu-se diante da necessidade de investir em novas refinarias. Mas da década de 1970, o que o mundo do petróleo traz na memória são os dois grandes choques, que resultaram em um aumento de mais de 1.000% nos preços internacionais e turbulência no suprimento – e fizeram a companhia redirecionar seus esforços ao upstream.

Quase 90% do petróleo consu-

1954
Petrobras inicia atividades Inauguradas as Refinarias de Manguinhos, no RJ, e União, em SP

1955
Inaugurada a Refinaria de Cubatão, em SP

1956
Inaugurada a Refinaria de Manaus, no Amazonas Descoberto petróleo na Nigéria e Argélia

1957
Criado o Instituto Brasileiro do Petróleo

1958
Formada a primeira comissão técnica do IBP: Armazenamento de Petróleo. Depois vieram as comissões de Refinação e Laboratório.

1960
Fundação da Opep, em Bagdá

1961
Criação da Aepet Inauguração da Refinaria de Duque de Caxias, no RJ





Assembléia Geral em 1973, 74 e 78



mido no país era importado – principalmente do Oriente Médio – o que afetava dramaticamente a balança comercial do país. Diante desse quadro, o ex-presidente da Petrobras, agora na presidência da República, Ernesto Geisel, propõe um projeto de abertura: os contratos para a prestação de serviços de exploração e produção com risco, possibilitando a associação da Petrobras com empresas internacionais – com a promessa de trazerem aportes financeiros significativos para o país.

Mais de cem contratos de risco foram assinados a partir de 1976 – nesse mesmo ano, Arábia Saudita, Kwait e Venezuela nacionaliza-

vam as concessões das companhias estrangeiras. De concreto, apenas uma descoberta do campo de gás de Merluza, na Bacia de Santos, feita pela Pecten (Shell) em 1981, e alguns campos na Bacia Potiguar, pela Azevedo e Travassos, em 1985.

O Governo Paulista de Paulo Maluf promoveu um dos episódios mais polêmicos de sua carreira: a criação da Paulipetro, em 1979, com o objetivo de explorar petróleo na Bacia do Paraná – um capítulo à parte na história dos contratos de risco, onde foram gastos cerca de US\$ 500 milhões sem que nenhum óleo fosse descoberto.

O artigo 177 da Constituição Federal promulgada em 1988 ex-

tinguiria definitivamente a participação privada na exploração de petróleo no Brasil.

Os frutos da prospecção

Em 13 de agosto de 1977 era produzido o primeiro barril de petróleo no campo de Enchova, na Bacia de Campos. Foi lá que a companhia começou a desenvolver as tecnologias de produção de petróleo em águas profundas que a levou à liderança mundial – como um sistema de produção antecipada, a partir da adaptação de uma plataforma de perfuração semi-submersível e quadros de bóias utilizados em terminais para a produção. Outro marco importante foi



Congresso de Petroquímica, em 1976



Encontro de Asfalto, em 1976

1962

Ocorre o primeiro seminário do IBP, sobre Corrosão, e o primeiro curso: "Erros e Precisão de Medidas".

1963

O presidente João Goulart estende o monopólio estatal à importação e exportação de petróleo e derivados e anuncia a nacionalização das refinarias – que é revogada antes do prazo de transição. Criação do Centro de Pesquisas da Petrobras

1967

Criação da Petroquisa – a primeira subsidiária da Petrobras

1968

Primeira descoberta no mar – o campo de Guaricema. Perfurado o primeiro poço marítimo na Bacia de Campos. Inauguradas as refinarias Gabriel Passos, em MG e Alberto Pasqualini, no RS

1969

Descoberto petróleo no Mar do Norte

1971

Criação da subsidiária BR Distribuidora

a construção das primeiras plataformas fixas de produção, mobilizando recursos de engenharia e tecnologias até então inéditas no País. No final da década, o Brasil produzia 165,5 mil barris diários – 65% dos quais ainda em terra. A produção de gás natural já atingia 5,2 mil m³/dia.

Como responsável pelo abastecimento nacional – e ainda sob a presidência do general Ernesto Geisel – a Petrobras inicia a ampliação do parque de refino. Em 1972 é construída a Refinaria de Paulínia, em São Paulo – ainda hoje a maior do país. Dois anos mais tarde seriam incorporadas as refinarias de Capuava e Manaus. Em 1977 a Petrobras dava partida à Refinaria Presidente Getúlio Vargas, no Paraná. Em 1978 é inaugurada a Copene, na Bahia, e em 1982 a Copesul no Rio Grande do Sul. Com isso estava consolidado o setor petroquímico nacional. “A Petrobras fez um grande papel no país, porque se não tivéssemos a companhia, iríamos continuar importando derivados por muito tempo”, avalia Difini, que sempre trabalhou na iniciativa privada.

“A Petrobras, antes e depois da mudança constitucional, sempre teve uma atuação grande dentro do IBP, mas num convívio muito harmônico com as outras companhias associadas do Instituto. Nunca houve divisão de grupos”, completa Otto Perrone.

Já em 1979, o presidente João Batista Figueiredo advertira a necessidade de adotar “uma nova economia de guerra”, anunciando o congelamento das importações de petróleo e a criação do Conselho Nacional de Energia. A partir daí, o governo intensificou os programas de pesquisa e investimento em fontes energéticas alternativas – especialmente o Proálcool, com o objetivo de ampliar as fontes alternativas de energia para fazer frente à crise do petróleo – e adotou uma agressiva política de exploração offshore, conseguindo dobrar a produção de óleo cru de 160 mil para 320 mil barris diários entre 1979 e 1982.

Uma recessão geral tomava conta da economia internacional por cerca de cinco anos. Países como o Brasil, que tinham dívidas em petrodólares foram à bancarrota. Duas mudanças estruturais na economia norte-americana (desregulamentação) e do Reino Unido (privatização) influenciaram as transformações porque passaram a economia mundial os anos 90. O marco inicial dos processos de desregulamentação e privatização de empresas petrolíferas foi a venda, em 1979, sob o comando de Margareth Thatcher,



Eduardo Difini (de terno claro), Plínio (centro) e Zattar (dir) em assembleia realizada em 1979



Assembleia realizada em 1980



Congresso de Alcoolquímica em 1980

<p>1972 Criação da Petrobras Internacional - Braspetro Inauguração da Refinaria do Planalto, em SP Entrada em operação do primeiro pólo petroquímico do país</p>	<p>1973 Primeiro choque do petróleo</p>	<p>1974 Descoberto petróleo na Bacia de Campos, no campo de Garoupa Petrobras adquire as refinarias privadas de Capuava e Manaus Fundada a Agência Internacional de Energia</p>	<p>1975 Abertura da exploração à iniciativa privada, através dos “contratos de risco” Lançamento do Proálcool – o primeiro programa de biocombustíveis do país</p>	<p>1976 1º Congresso Latino Americano de Petroquímica – o primeiro evento internacional do IBP, realizado na Argentina</p>	<p>1976 Surge a primeira publicação especializada no setor, a Revista Petro & Química, que acompanha há mais de 30 anos as atividades do IBP</p>
---	--	--	---	---	---

de 5% de participação na British Petroleum, uma das dez maiores empresas de petróleo do mundo. Entre os principais fatores que motivaram mudanças em quase todas as empresas de petróleo – estatais, regionais ou internacionais – estão o crescimento da globalização, o declínio do poder da Opep no controle dos preços internacionais e criação de mercados futuros de petróleo através da Bolsa de Nova York (Nymex) e da de Londres (IPE). Com as bruscas elevações de preços do petróleo no mercado internacional, as despesas do Brasil chegaram à casa dos US\$ 10 bilhões em 1981.

Tudo isso se refletia no IBP. O Instituto já começava a promover os grandes congressos – o 3º Congresso Latino-americano de Perfuração, em parceria com a Arpel, e o 2º Congresso Brasileiro de Petróleo junto com a I Feira Industrial de Petróleo e Gás. Mas as finanças não iam bem, e o presidente Paulo Cunha liderou uma recuperação financeira e uma reestruturação administrativa na entidade. Dividiu a entidade em quatro áreas operacionais, que colocaram à disposição do mercado estudos técnicos, cursos de aperfeiçoamento, publicações e promoção de exposição e congressos.

“O foco foi transformar o IBP num gerador de sua própria receita – se gerássemos a nossa própria receita, também teríamos um termômetro para saber que estávamos fazendo o que o setor precisava – porque dependíamos de demanda nos cursos e nas exposições”, explica Eduardo Difini, que presidiu o IBP enquanto Paulo Cunha ocupava a presidência do Conselho de Administração.

Difini conseguiu do ministro José Hugo Castelo Branco – da Indústria e Comércio – uma mudança na portaria que limitava a contratação do RioCentro às empresas que atuavam no setor de eventos. Antes o IBP recebia apenas uma porcentagem do organizador do evento. “O risco não estava ajustado com a potencialidade da firma que contratava: se vendesse menos área do que se esperava, a administração era prejudicada porque a empresa não teria dinheiro para tocar um congresso. E se vendia mais do que tinha previsto, ela faria um lucro enorme sem ter contribuído para isso”, lembra Difini.

O IBP passou a administrar seus próprios congressos, o que permitiu uma virada na parte financeira. “Conseguimos sair de uma situação em que a contribuição do associado cobria 60% dos custos do IBP – e freqüentemente tínhamos que pedir antecipação da verba do ano seguinte – para uma



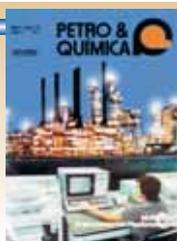
Congresso Brasileiro de Petróleo realizado em 1982



Encontro de Negócios, realizado em 1982



Abertura da Feira de Petróleo e Gás de 1982



1977
Iniciada a produção na Bacia de Campos
Inaugurada a Refinaria Presidente Getúlio Vargas, no PR
Confirmação da descoberta da Braspetro, no campo gigante de Majnoon, no Iraque

1979
Segundo choque do petróleo

1980
Inauguração da Refinaria Henrique Lage, em SP

1981
No Equador acontece o primeiro curso do IBP fora do Brasil
Instalação dos sistemas de produção antecipada na Bacia de Campos

1982
Primeira edição da feira de Petróleo & Gás do IBP, que viria a ser uma das maiores exposições do mundo.
O Instituto repete na Venezuela o sucesso do curso internacional realizado um ano antes

1983
Greve desencadeada na Replan e na Rlam marca história da Petrobras
Nymex lança os contratos futuros para óleo cru

situação da contribuição só representar 4%”, completa o ex-presidente, que passou o comando com caixa suficiente para o IBP adquirir a nova sede.

A Feira Industrial de Petróleo e Gás transformou-se na Rio Oil & Gas – que de 5,5 mil m³ passou para 32 mil m², e de 168 expositores ultrapassou as seis centenas. “Além disso o IBP promove outros eventos e cursos, é um órgão de certificação (através de convênio com o Inmetro) e atua na área de especificação de produtos de petróleo (em convênio com a ABNT)”, destaca Perrone.

O mundo mudou

Passados a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, a década de 1990 começa com mais uma crise no mercado do petróleo quando, em uma tentativa frustrada, o Iraque tenta anexar o Kuwait e é derrotado na Guerra do Golfo pelos EUA.

A característica principal dessa década é a transformação do petróleo numa commodity – os fatores de mercado passaram a ser preponderantes na formação de preço em detrimento das questões de natureza política. Além disso, o início da década é marcado por uma queda nos investimentos em exploração, pela queda da produção do bloco soviético que foi compensado pelo aumento da produção da Arábia Saudita. Também se pode destacar a mudança no perfil de demanda do petróleo em função de exigências ambientais, quando os petróleos leves passaram a ser mais valorizados.



Assembleia realizada em 1984

Até 1994, o petróleo apresenta uma trajetória de queda. A partir daquele ano, os níveis de preço são parcialmente recuperados, oscilando entre US\$ 18 e US\$ 25 o barril, até 1996. Em 1997, o preço volta a cair, chegando a atingir US\$ 10 em 1998 – motivado agora pelo desaquecimento da economia mundial.

No mundo, começam a surgir alianças estratégicas entre empresas estatais e privadas, privatizações, além do “boom” do movimento de fusões entre as empresas do setor, ocorrido após 1998. É o caso da Exxon com a Mobil; a BP com a Amoco e, posteriormente, com a Arco; a da Repsol com a argentina YPF; as francesas Elf e Total e, já em outubro de 2000, entre a Chevron e a Texaco, criando as maiores empresas de petróleo do mundo.

Também o Brasil viu distribuidoras internacionais entrarem no mercado, como a Agip, e aquisições como a opera-



Abertura da Feira de Petróleo e Gás, em 1986



Assembleia realizada em 1986

1984
 Descoberta do campo gigante de Albacora, na Bacia de Campos
 País alcança produção de 500 mil barris diários
 Incêndio no oleoduto em Cubatão mata 93 pessoas
 Blow-out na plataforma de Enchova provoca a morte de 37 petroleiros

1985
 Descoberta do campo de Marlim, na Bacia de Campos
 Pecten descobre gás na Bacia de Santos, e Azevedo Travassos descobre óleo na Bacia Potiguar – as únicas efetuadas pelas contratantes de risco

1986
 Lançamento do programa de capacitação tecnológica para produção em águas profundas – Procap

1988
 Constituição decreta fim dos contratos de risco
 Vazamento de gás provoca incêndio na plataforma de Enchova

1990
 Iraque invade o Kuwait. Nações Unidas impõem embargo ao Iraque

1992
 Tecnologia Petrobras é reconhecida na OTC como empresa que mais contribuiu para o desenvolvimento tecnológico da indústria offshore
 Setor petroquímico começa a ser privatizado



4º Seminário Brasileiro de Catálise

ção envolvendo o Grupo Ipiranga e a Atlantic.

Em 1992, a Petrobras recebeu o OTC Distinguished Achievement Award, o mais importante prêmio da indústria do petróleo, na Offshore Technology Conference, em reconhecimento internacional à tecnologia na produção até os dois mil metros de profundidade.

Em 1997, a empresa ingressa no selecionadíssimo grupo dos 16 países que produzem mais de um milhão de barris de petróleo por dia. No período 1995-1999, o Brasil apresenta taxas de reposição do petróleo de 338%. Os tradicionais produtores ficaram muito abaixo deste percentual: México (18%), Inglaterra (21%), Noruega (39%) e Omã (29%). A estratégia em busca da auto-suficiência está traçada. Mas os desafios não se limitavam à produção offshore. A adequação do parque de refino ao perfil do óleo produzido, à demanda e à formulação de produtos de melhor qualidade mereceu especial atenção.

Os presidentes José Sarney e Fernando Collor de



Assembleia Geral realizada em 1989



Assembleia realizada em 1987

Mello dão início a mudanças institucionais no papel do Estado. Fernando Henrique Cardoso consegue aprovar no Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 9, de 9/11/1995, que confirma a União como detentora do monopólio – tal como definido no Artigo 177 da Constituição – mas permitindo a empresas públicas ou privadas participarem da exploração e a produção de petróleo e derivados no Brasil. A idéia era abrir as atividades de exploração, produção e refino à iniciativa privada, que, em tese, aportaria recursos que o governo não dispunha.

A partir de então foram iniciados os debates para a elaboração da Lei Complementar e a criação de um órgão regulador. Como principal fórum de debates da indústria de petróleo no país, o IBP teve papel fundamental nos estudos que antecederam a Lei 9478/97 – o mais importante deles, o seminário “Nova Regulamentação do Petróleo”, foi organizado pelo Instituto em maio de 1995. “O IBP promoveu debates e estudos, e levou ao Governo subsídios que foram, em grande parte, aproveitados na confecção da Lei do Petróleo”, conta Perrone, presidente da entidade na época.

A regulamentação da indústria de petróleo e gás natural instituiu um conjunto de mudanças de caráter técnico-administrativo e a redefinição do papel do Estado. De produtor e provedor, o Estado passa para regulador e fiscalizador. O Brasil conseguiu atrair capital de risco num momento em que os preços do barril do petróleo caíam para US\$ 10 – desde então a ANP já realizou sete rodadas completas, e uma interrompida, que arrecadaram R\$ 3,3 bilhões em bônus de assinatura pela concessão de 582 áreas para exploração. E a sociedade brasileira criou um novo paradigma na gestão dos recursos naturais: ao

1994

Começa a operar no campo de Marlim a P-18, primeira plataforma semi-submersível totalmente desenvolvida pelos técnicos da Petrobras

1995

Emenda Constitucional flexibiliza monopólio estatal do petróleo. A mais longa greve da história da Petrobras dura 32 dias

1996

Descoberta do campo gigante de Roncador, na Bacia de Campos

1997

IBP muda-se para sua atual sede, com mais de 1.000 m². Brasil supera a produção de 1 milhão de barris/dia. Lei 9478 abre a exploração, produção e refino de petróleo à iniciativa privada. Petro & Química tem edição especial em homenagem aos 40 anos do IBP



1998

Instalada a Agência Nacional do Petróleo



Apresentação de João Carlos de Luca no Congresso de Petróleo de 1994



Rio Oil & Gas de 1998

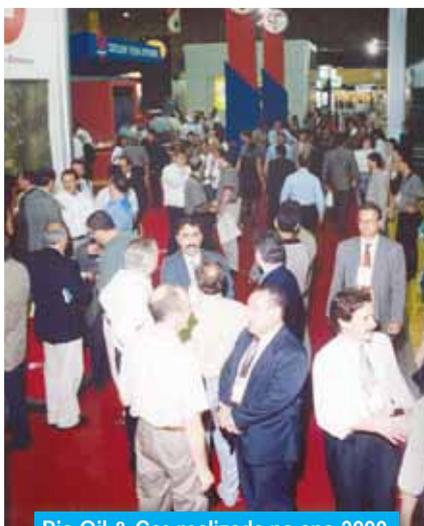
transferir a propriedade da riqueza mineral para a nação, o Governo mudou a metodologia de captura da renda sobre a extração: a taxa sobre royalties passou de 5% para 10% e os grandes campos passaram a pagar também uma taxa a título de participação especial.

Em 1997, o último ano em que a cobrança de participações não-tributárias foi calculada pela antiga forma, a arrecadação de royalties foi de R\$ 190 milhões. No ano passado, os royalties renderam aos cofres públicos R\$ 7,7 bilhões – sem contar os R\$ 8,8 bilhões arrecadados a título de participações especiais. Incluindo as demais participações governamentais, o crescimento no período foi de 9.346%.

Justiça seja feita, isso se deve, em muito, aos aumentos nos preços do petróleo e da produção interna – descoberta e provada antes da flexibilização do monopólio. Nesses dez anos, a atividade petrolífera ganhou peso nos indicadores macroeconômicos do país – o peso do petróleo no PIB nacional passou de 2,75% em 1997 para 10,5% em 2006.

O petróleo é todo nosso

O IBP marcou seus 40 anos se adaptando às novas necessidades do mercado: novas comissões, nova estrutura, novos cursos, novos eventos e novos assuntos sendo tratados nas reuniões. E, para completar, uma nova



Rio Oil & Gas realizada no ano 2000

sede com mais de 1.000 m². “O IBP ganhou organicidade e eficiência operacional”, conta Otto Perrone.

No ano de 2000, com o novo status que atingia o gás natural na matriz energética brasileira muda o panorama do setor e isto exige uma adaptação no nome da entidade, que passou a se chamar Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás. Perrone explica que o IBP sempre tratou de todas as atividades da indústria do petróleo, mas as peculiaridades que o novo segmento trazia com seu crescimento exigiam uma resposta do Instituto. “Nos estatutos do IBP, o gás estava compreendido, mas como a atividade foi ganhando mais destaque, o Instituto quis caracterizar que aquele assunto não era paralelo à sua atuação”.

Em 2002, o IBP via concretizado um antigo sonho:

realizar no Brasil o Congresso Mundial de Petróleo. Desde 1996 o Instituto esteve envolvido com a candidatura brasileira para sediar o Congresso – Difini cativou um bom relacionamento com o World Petroleum Council ao sediar uma reunião do comitê técnico – causar uma boa impressão seria fundamental para ganhar o voto dos membros do colegiado. O resultado: Brasil desbancou outros quatro candidatos e sediou um dos maiores Congressos já realizados pela WPC, com a participação de 3.461 congressistas, de 76 países, a presença de três dezenas de líderes mundiais do setor,

1999

Criada a Onip e o CTPetrol Brasil começa a importar gás da Bolívia
Realizada a primeira rodada de licitações para áreas de exploração de petróleo no país



2000

IBP altera seu nome para Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás
No campo de Roncador, Petrobras produz petróleo a 1.877 metros de profundidade – recorde mundial
Superada produção de 1,5 milhão de barris/dia de óleo
Rompimento de dutos ocasionam derramamentos de petróleo na Baía da Guanabara, no RJ, e no rio Iguaçu, no PR

2001

Petrobras recebe pela segunda vez o OTC Award
Ações da Petrobras são lançadas na bolsa de Nova Iorque
Explosão e afundamento da plataforma P-36, na Bacia de Campos



Cursos de formação, realizados pelo IBP

a participação do Greenpeace e a inauguração da Arena de Responsabilidade Social. A Rio Oil & Gas realizada em paralelo bateu todos os seus recordes: 53 mil visitantes, 850 expositores e 31 mil m².

O Instituto chega a seu cinquentenário numa dinâmica bastante diferente do que foi criado: o Brasil produz todo o petróleo que consome; na geopolítica do petróleo, as sete irmãs já não estão mais sozinhas no comando; e o aquecimento global exige uma resposta imediata quanto às emissões de carbono. “Hoje o IBP está inteiramente moldado para uma nova realidade mundial e brasileira, que tem como focalização a exploração e produção. Ele atingiu a maturidade como entidade agregadora e congregadora de operadoras no setor petrolífero”, avalia o presidente do Conselho de Administração, Guilherme Estrella.

Os biocombustíveis estão incluídos até em sua razão social – que desde o ano passado passou a se chamar Instituto



Comemoração do 45º aniversário



Ampliação da sede, em 2005

Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. O IBP tornou-se ainda mais internacional, ancorando Pavilhões Brasileiros em feiras internacionais como a Offshore Technology Conference, em Houston / EUA e na Argentina Oil & Gas.

“Com certeza a indústria do petróleo e gás ainda vai existir daqui a cinquenta anos, porque o futuro do petróleo não é só na energia – o petróleo é um bem nobilíssimo da natureza, então ele vai ser utilizado na petroquímica, em fármacos e cosméticos. E como energético, vai ser cada vez mais transformado em uma fonte despoluidora – vamos produzir combustíveis praticamente sem nenhum enxofre e a indústria automobilística vai construir catalizadores e peças que diminuem o efeito dos gases estufa. O IBP já está se inserindo nesse contexto, e envolvido em treinamento de pessoas com esse objetivo”, finaliza Guilherme Estrella.



Petro & Química homenageia IBP pela organização do Congresso Mundial do Petróleo

2002

Brasil recebe World Petroleum Congress, com 3,5 mil participantes, vindos de 76 países. A Rio Oil & Gas Expo, realizada em paralelo, bateu todos os seus recordes: 53 mil visitantes, 850 expositores e 31.000 m².



2003

O IBP passa por uma reestruturação organizacional para garantir maior sintonia de suas atividades e produtos com o setor. Descoberta a maior jazida de gás natural na plataforma continental brasileira, na Bacia de Santos

2006

Brasil alcança a auto-suficiência na produção de petróleo



Mensagem do dia

Uma dezena de gerências e assessorias especializadas, 59 funcionários. 230 empresas associadas. Por ano são 113 cursos com mais de três mil participantes, e oito eventos próprios, além da participação em feiras e conferências internacionais. A dinâmica pode até ser diferente, mas a função – e a dedicação – é a mesma: “promover o desenvolvimento do setor nacional de petróleo e gás, visando uma indústria competitiva, sustentável, ética e socialmente responsável”.

O IBP evoluiu, cresceu, adaptou-se à demanda de seus associados. “O IBP consolidou-se como uma instituição extremamente séria no setor petrolífero”, resume o presidente do Conselho de Administração, Guilherme Estrella.

“O IBP nasceu jovem, mas cheio de energia. E teve um crescimento gradual”, completa o diretor, William Zattar, que conhece o Instituto desde a reunião de criação, em 1957, quando foi indicado para a primeira diretoria.

Da sua mais recente reestruturação organizacional, a administração do IBP ficou delegada ao Conselho de Administração – constituído por 12 membros eleitos pelos associados – ao Conselho Fiscal –

constituído por três membros efetivos e três suplentes – Diretoria Executiva – composta por um presidente e cinco diretores para gerir as atividades – e uma Secretaria Executiva responsável pelas decisões técnicas e administrativas da entidade. A ela estão ligadas as gerências de segmento (E&P, Abastecimento e Gás Natural) para coordenar as atividades regulatórias e técnicas e uma gerência de Suporte e Serviços, para o desenvolvimento das atividades tradicionais do Instituto, relacionadas a produtos e serviços (cursos, eventos, normalização, certificação, tecnologia, administração e coordenação de atividades de responsabilidade social) e duas assessorias (Economia e Política Energética e Comunicação e Marketing).

É na Assembléia Geral, o órgão máximo do IBP que se reúne ordinariamente em março de cada ano, que são decididas todas as questões relativas a sua matéria.

O IBP ainda se divide em 25 comissões e sub-comissões técnicas e regulatórias, que contam com a participação voluntária de mais de 900 técnicos e especialistas da indústria. Elas são responsáveis por identificar as demandas do setor, promover os debates, e sugerir temas para cursos e eventos.



Funcionários do IBP

Números do IBP em 2007	
Empresas associadas	230
Eventos realizados	17
Cursos*	113
Total de alunos*	3.053
Auditorias realizadas**	54
Empresas certificadas – SPIE	39
Normas publicadas - ONS-34 – Petróleo	190
Dados solicitados ao CID*	2.323

* 2006

** Projeção em 2007

Certificação

Desde 2002, quando o Inmetro credenciou o IBP como Organismo de Certificação de Produtos (OCP-0028) para Serviços Próprios de Inspeção de Equipamentos – SPIE, segundo a NR-13 e a portaria nº 16/2001, 39 empresas do setor já se beneficiaram por ter um serviço certificado pelo IBP.

Normalização

Em 1988, a Associação Brasileira de Normas Técnicas credenciou o IBP como Organismo de Normalização Setorial – ONS-34 – para dotar o setor de petróleo com um acervo de normas técnicas. O Instituto atua na elaboração de normas técnicas desde 1959 por meio de um convênio firmado com a ABNT. Nesse período, elaborou e revisou 159 normas, nas áreas de asfalto, combustíveis e produtos especiais, distribuição e armazenamento de combustíveis e sistemas de transporte de petróleo e derivados.

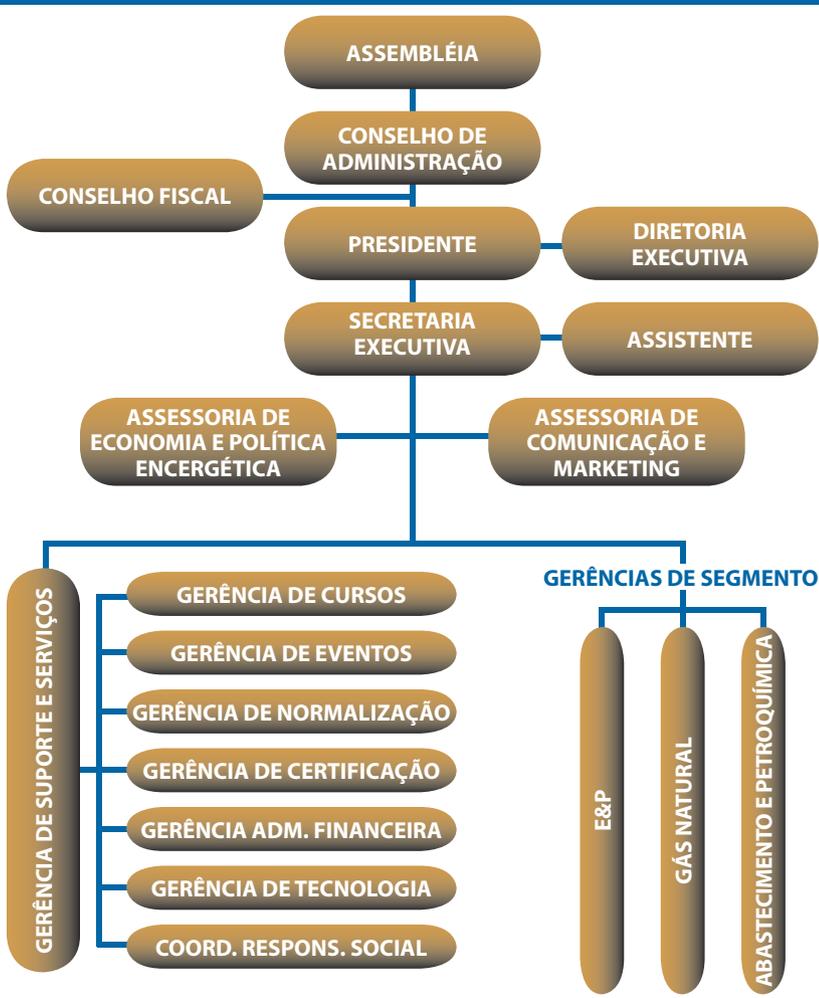
Centro de Informação e Documentação

O Centro de Informação e Documentação Hélio Beltrão – CID disponibiliza recursos informacionais do setor de petróleo. O acervo é composto de livros, periódicos, dicionários, enciclopédias, anuários, mapas, teses, apostilas, e trabalhos técnicos elaborados em conjunto com outras instituições ou pertinentes aos cursos e eventos promovidos pelo IBP.



Inauguração do Centro de Informação e Documentação Hélio Beltrão

Estrutura Funcional



Prêmio Leopoldo Américo Miguez de Mello

O IBP, com o objetivo de perpetuar a memória do seu fundador, instituiu em 1976 o Prêmio Leopoldo Américo Miguez de Mello, para manifestar publicamente o reconhecimento a uma personalidade que tenha contribuído com relevantes serviços para o desenvolvimento das indústrias de petróleo, gás, petroquímica no Brasil. Desde então, foram homenageados Francisco Martins Bastos, Geonísio Carvalho Barroso, Rômulo Barreto Almeida (1976), Ernesto Geisel (1980), Plínio Cantanhede (1984), Marechal Waldemar Levy Cardoso, João Pedro Gouvêa Vieira (1988), João Tavares Neiva de Figueiredo (1992), Shigeaki Ueki (1996), Carlos Walter Marinho Campos (2000) e Otto Vicente Perrone (2004).



Otto Perrone recebe de Guilherme Estrella o Prêmio Miguez de Mello em 2004

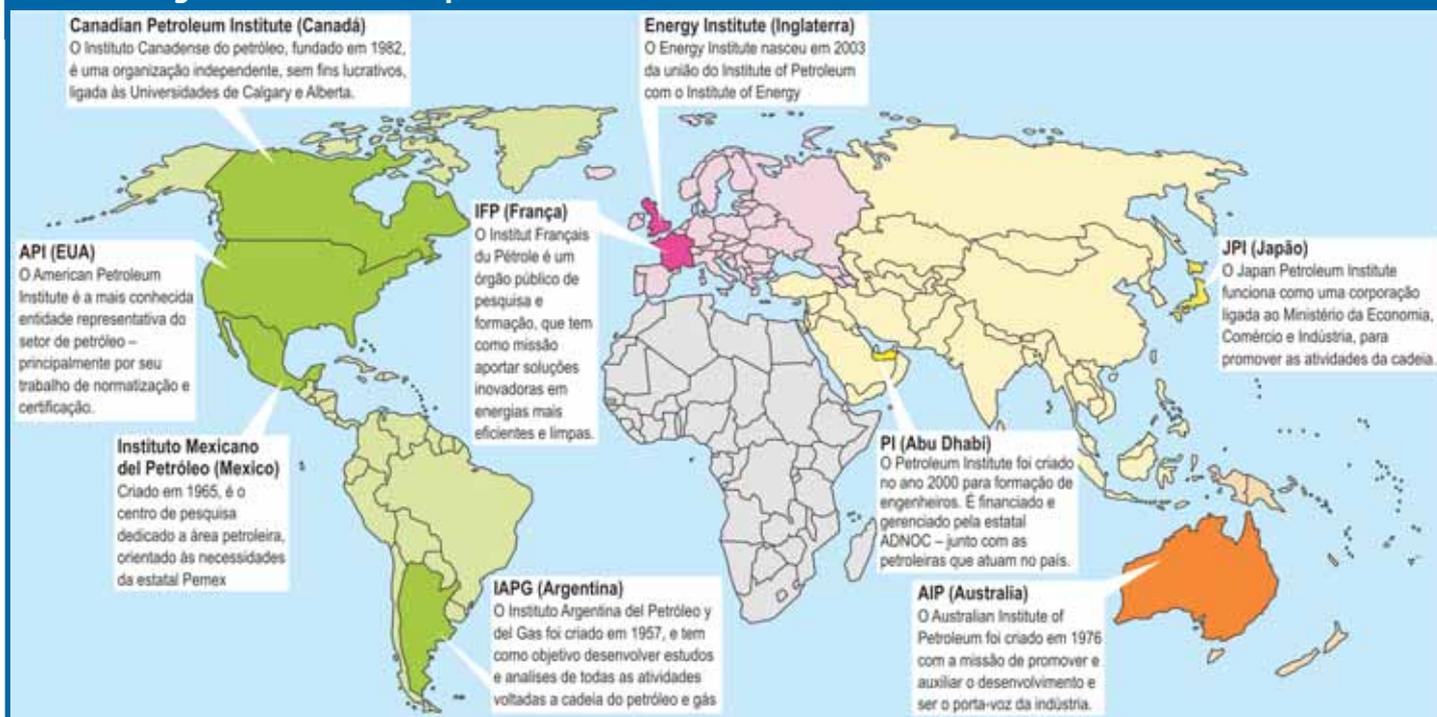
Prêmio Plínio Cantanhede

O Prêmio Plínio Cantanhede tem o objetivo de premiar o autor do melhor trabalho técnico apresentado em um dos eventos do IBP. Concedido a cada dois anos, o Prêmio foi entregue pela primeira vez em 1990, durante o 4º Congresso Brasileiro de Petróleo, quando Zepherino Lavèner Machado Filho foi homenageado pelo trabalho "Sistemas de Produção Antecipada na Plataforma Continental Brasileira". Em 2006, Maurício Werneck de Figueiredo, João Batista Vianey Ramalho, José Tenório Gomes, Clovis Pacheco Burmann e Antônio Luiz de Souza receberam o prêmio pelo trabalho "Desenvolvimento de Sistema Submarino de Separação de Água Produzida".



Sérgio Gabrielli entrega Prêmio Plínio Cantanhede a Maurício Werneck na Rio Oil & Gas 2006

Entidades ligadas à Indústria do petróleo



Cursos

O grande diferencial dos cursos promovidos pelo IBP é o enfoque na prática profissional, qualidade assegurada pela seleção dos instrutores – gente com grande experiência na atividade – e pela orientação da grade, feita com a participação das 25 comissões e sub-comissões formadas por técnicos e especialistas da indústria. Desde que foram criados, os cursos de capacitação são procurados tanto pela indústria do petróleo quanto pelos prestadores de serviço. No ano passado, foram realizadas 113 turmas, com mais de três mil participantes – referência que credencia o IBP a montar sua pós-graduação na área de petróleo.

Eventos

Além da Rio Oil & Gas, a maior feira da indústria do petróleo na América Latina, o IBP é reconhecido por sua experiência acumulada em promover congressos e exposições nos últimos 46 anos – só esse ano foram 17 eventos próprios, além da participação em feiras internacionais, como a organização do Pavilhão Brasileiro montado todos os anos na Offshore Technology Conference e na Argentina Oil & Gas.



Agenda da Comemoração dos 50 anos

- Dia 21/11** - Evento Social - Copacabana Palace
- Dia 22/11** - Seminário Técnico IBP 50 anos "Indústria de Petróleo: Passado, Presente e Futuro"
- Dia 23/11** - Evento Social - MAM
- Dia 24/11** - Jockey Club - Páreo comemorativo dos 50 anos IBP



IBP e Petrobras: uma história brasileira de sucesso

**Por Luiz Inácio Lula da Silva,
Presidente da República**

Em 1997, quando a Lei do Petróleo flexibilizou o monopólio e abriu o mercado à iniciativa privada nacional e internacional, uma instituição brasileira foi de vital importância para essa transição. O Instituto Brasileiro de Petróleo & Gás (IBP) logrou conciliar os diversos interesses envolvidos no processo. De um lado, a Petrobras, há 44 anos trabalhando com exclusividade no setor. De outro, as centenas de empresas privadas do mundo inteiro, interessadas em participar do novo e promissor mercado. No centro da arena, a ANP, encarregada de implementar a abertura, promover a regulação e fiscalizar a execução das diversas atividades da área de petróleo e gás natural.

Antes mesmo do fim da vigência do monopólio pleno, a participação do IBP sempre se pautou pelos interesses da sociedade brasileira. Sua contribuição no processo de implantação da indústria petroquímica brasileira nas décadas de 60 e 70, com a formatação do modelo tripartite, foi fundamental.

Ao reunir o capital estatal da Petrobras, empresários nacionais e acionistas estrangeiros detentores de alta tecnologia, o modelo do IBP permitiu a criação de centrais de matérias-primas petroquímicas em São Paulo, na Bahia e no Rio Grande do Sul e a implantação das empresas de segunda e terceira gerações, consolidando a petroquímica brasileira.

Tal sistema viabilizou o desenvolvimento da alta tecnologia petroquímica hoje dominada pela Petrobras e que, entre outras coisas, está permitindo a implantação, pela primeira vez no mundo, de uma central petroquímica que usa petróleo pesado como matéria-prima em vez de gás e nafta.

De lá para cá, a credibilidade, a seriedade e a capacidade de agregar os diversos atores do setor têm sido características do IBP – e componentes indispensáveis ao aprimoramento dos aspectos legais e regulatórios da indústria do petróleo. Destaca-se nesta direção, por exemplo, sua contribuição para o aperfeiçoamento dos leilões de blocos exploratórios, de forma a atender da melhor maneira possível as necessidades do desenvolvimento nacional e os anseios das empresas do setor.

As dezenas de comissões técnicas e setoriais do IBP contam com a participação voluntária de cerca de mil profissionais de todos os setores de atividade da cadeia produtiva de petróleo, gás e biocombustíveis, desenvolvendo temas que vão subsidiar e orientar o trabalho das 230 empresas associadas. São pesquisas de superfície, visando a localização das áreas mais favoráveis à ocorrência de petróleo, de proteção e ambiental, de qualidade dos produtos e responsabilidade social do setor.

Se hoje a indústria de petróleo nacional é motivo de orgulho para todos nós por sua posição entre as mais desenvolvidas do mundo, devemos esse mérito aos 54 anos da Petrobras, que desenvolveu tecnologias inéditas, e aos 50 anos do Instituto Brasileiro do Petróleo, ator importante nessa história brasileira de sucesso.

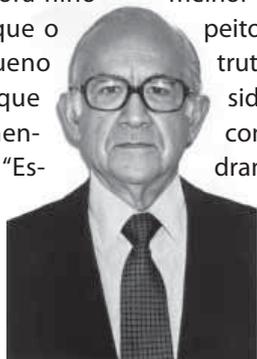


Helio Beltrão

Da presidência do IBP para o comando da Petrobras

Helio Marcos Penna Beltrão foi advogado, economista e administrador público. Para muitos, foi um pioneiro na defesa da desburocratização. Para o IBP, foi o fundador e primeiro presidente – ocupando a presidência até 1961.

Na fundação do IBP, Helio Beltrão discursou que, embora filho de pais ricos, quiseram que o Instituto nascesse pequeno e despretensioso, para que se sujeitasse honestamente ao teste da utilidade. “Esperamos ardentemente que ele cresça, mas desejamos que esse crescimento só se faça à medida em que este



Instituto se demonstre realmente útil àqueles que o criaram, isto é, à indústria nacional de petróleo liderada pela Petrobras”.

Segundo ele, o trabalho sério e silencioso não é, por certo, o caminho mais rápido para a consagração pública. “Mas é, sem dúvida, o melhor meio de se alcançar o respeito, que é muito mais construtivo e duradouro. Não teria sido difícil, a nós que lidamos com tema tão prestigioso e dramático como é o petróleo, ter criado desde logo um instituto de petróleo grande, propagandístico e autoglorificante. Preferimos porém, desde o

início, o caminho mais lento, duro e difícil, porque consideramos que era o único compatível com a nossa natureza de sociedade civil, de caráter provado e de objetivos técnicos e científicos”.

Conhecia como poucos o setor de petróleo na década de 50 – quando fez parte da diretoria da recém criada Petrobras. Voltou à companhia em 1985, para ocupar a cadeira da presidência por um ano.

Foi também ministro da Desburocratização e da Previdência Social. Destacou-se como um dos signatários do Ato Institucional nº 5. Faleceu vítima de um câncer, em 1997. Hoje dá nome ao Centro de Informação e Documentação do IBP.

Plínio Cantanhede

Presidente eterno

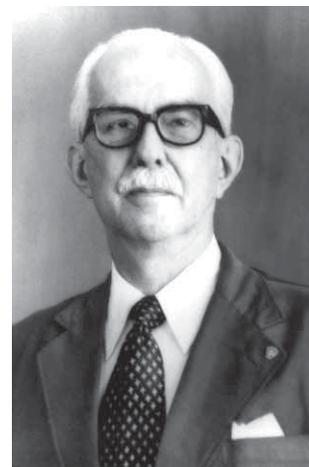
Ele ocupou a cadeira da presidência entre 1962 e 1984 – muitos até o consideram como o “grande consolidador do IBP”. Plínio Reis de Cantanhede Almeida tem sua vida ligada à indústria do petróleo desde os tempos do CNP – foi seu presidente entre 1951 e 1954. Participou das construções da Refinaria de Maratipe e de Cubatão.

Levou o IBP ao exterior. “Promovendo inúmeros seminários em todo o Brasil, propagando as diversas tecnologias que estão afetadas ao setor, o IBP, nesses 25 anos, já ultrapassou as fronteiras nacionais, realizando, por exemplo, cursos técnicos no Equador, que alcançaram repercussão tão positiva a ponto da Companhia Equatoriana de Petróleo convidá-lo a promover, ainda em 1982, outros seis”, disse, em entrevista à Revista Petro & Química, por ocasião do 25º aniversário do Instituto.

Sabia que o país atingira um estágio de desenvolvimento elevado no início dos anos 80 – mas sabia tam-

bém que não devia deixar de conhecer a tecnologia estrangeira, pois o próprio processo de geração de uma tecnologia forma-se através do conhecimento de outras técnicas. “Tecnologia conquista-se pela preparação de toda uma geração em centros de pesquisas e escolas para que, de fato, o país chegue a uma fase de desenvolvimento que nos dará independência tecnológica necessária para impulsionar os diversos setores afins”.

Também marcou presença fora do setor: integrou a comissão que, em 1938, realizou estudos para a implantação da CSN. Em 1967, foi prefeito de Brasília. Faleceu em 1986.



A apaixonado por capacitação

Paulo Guilherme Aguiar Cunha sempre foi muito interessado pela formação de pessoal – desde os tempos que começou sua carreira na Petrobras, em 1962. Nos primeiros anos de sua carreira de petroleiro, esteve ligado à área de formação de engenheiros especialistas – figura sempre rara no Brasil.

Não encontraria ambiente melhor no IBP, onde assumiu a cadeira da presidência por um mandato – entre 1984 e 1986 – passando no biênio seguinte, a ocupar a presidência do Conselho de Administração. Sua perícia em lidar com a organização de cursos foi fundamental para a criação de novos cursos e departamentos especializados temas até então inéditos para os técnicos brasileiros – como petroquímica, alcoolquímica e de gás natural. “O IBP estruturava cur-

sos de várias especialidades utilizando como professores o pessoal especializado das diversas companhias associadas – inclusive da própria Petrobras”.

Os cursos começavam a se desdobrar em congressos e exposições, uma fonte alternativa de recursos financeiros – já que a prescrição determinava que a entidade gerasse sua própria receita. “O IBP atravessava dificuldades, e tivemos que fazer uma recuperação financeira e uma reestruturação administrativa”, lembra Paulo Cunha.

Essa experiência na formação de engenheiros foi trazida para o IBP?

A questão da formação de pessoas sempre me interessou muito. Quando entrei na Petrobras havia uma questão crítica, porque a indústria de refino estava se

expandindo no país e havia uma necessidade de formar engenheiros especialistas de toda a ordem para poder projetar, construir e operar, de maneira eficaz, essas instalações. O que a Petrobras fez foi um esforço enorme. E depois, quando a indústria começou a se expandir para outras áreas – como a química, a área offshore e o gás – essa mesma necessidade se multiplicou, e o IBP teve um papel importante na formação.

Daquela estrutura montada durante a sua gestão, o IBP ainda guarda alguma semelhança?

Mudou muita coisa, mas aquela estrutura básica permanece.

As questões continuam as mesmas?

Na ocasião, muitas dessas áreas estavam iniciando sua instalação no Brasil, e as questões eram mais simples. Hoje as questões têm uma complexidade muito maior, dada a internacionalização e a complexidade da estrutura empresarial que envolve todas as atividades de petróleo.

O Brasil já tinha como meta a auto-suficiência na produção de petróleo?

Quando começaram a descobrir os campos de petróleo na plataforma continental essa visão de longo prazo se tornou mais concreta. Na época, as previsões concretas estavam se estabelecendo – e a meta da auto-suficiência deixou de ser sonho e passou a ser um projeto.

Isso levava em conta a questão dos preços internacionais ou o aumento na produção offshore?

O Brasil, por muito tempo, teve problemas em sua balança comercial. E depois da primeira crise do petróleo essa questão se tornou mais crítica – não apenas do ponto de vista da balança de pagamentos, mas também da segurança de abastecimento. E essa questão se tornou mais urgente: os esforços foram redobrados e a auto-suficiência acabou acontecendo mais recentemente.



Otto Perrone

Biblioteca viva

A biblioteca do IBP recebeu o nome de Helio Beltrão, mas poderia ser chamada Otto Vicente Perrone. Ou melhor, não poderia – porque o Dr. Perrone é outra biblioteca, consultada quase todos os dias por qualquer pessoa que queira entender o funcionamento do setor petroquímico.

Perrone assumiu a presidência do IBP em 1994, às vésperas da maior mudança na história do petróleo no Brasil. E, como principal fórum de debates da indústria de petróleo no país, o Instituto teve papel fundamental nos estudos que antecederam a Lei 9478/97. “No período entre a aprovação da Emenda Constitucional nº 9 – de novembro de 1995, que abriu ao setor privado a exploração e a produção de petróleo e derivados no país – até a promulgação da Lei que regulamentava o setor – em agosto de 1997 – o IBP promoveu debates e estudos, e levou ao Governo subsídios que foram, em grande parte, aproveitados na confecção da Lei do Petróleo”.

Outra marca da sua gestão foi a mudança da sede – quando o Instituto passou a ocupar um andar inteiro no número 52 da Avenida Almirante Barroso, no centro do Rio de Janeiro. “O IBP funcionava em um prédio antigo no Rio de Janeiro, com 17 salas espalhadas por vários andares. Naquela época, o Instituto adquiriu um andar no edifício, e ganhou organicidade e eficiência operacional”.

Dono de uma carreira invejável – que inclui as principais cadeiras na Petroquisa, Copene e Abiquim – Perrone ainda era presidente quando o IBP alterou, pela primeira vez, sua razão social, passando a adotar também o gás em seu nome. Não

se tratou de uma mudança radical, mas que simbolizou a importância que o insumo passou a ter na matriz energética nacional. “Na concepção de seus fundadores, o IBP sempre foi entendido como um órgão que tratava todas as atividades da indústria do petróleo. Nos estatutos do IBP, o gás estava compreendido, mas como a atividade foi ganhando mais destaque, o Instituto quis caracterizar que aquele assunto não era paralelo à sua atuação”.

Qual a diferença do IBP na sua fundação para o IBP hoje?

Em primeiro lugar, o IBP cresceu muito – com o crescimento da própria indústria. E se estruturou com um corpo técnico próprio – que são os seus gerentes e são pessoas de capacitação que fazem parte da estrutura do IBP.

Antes da Lei 9478, quando a Petrobras detinha o monopólio em quase todos os setores, ela tinha uma posição muito relevante dentro do IBP – hoje ela ainda tem uma

posição relevante, mas o Conselho de Administração do IBP é muito mais pulverizado.

Valeu a pena abrir o setor de petróleo?

Sim. Ganham todos, inclusive a Petrobras.

O IBP também foi consultado pelo Governo sobre a questão do gás no Brasil?

O Governo não fazia consultas formais, mas o IBP sempre esteve presente em todas as questões. O Instituto foi fundado para ser eminentemente um órgão técnico – então tinha as suas comissões técnicas, como as tem até hoje. E não eram empregados do IBP, mas associados que forneciam seus técnicos para fazer estudos.

Agora, o IBP nunca, nem por intenção de seus criadores e nem na prática, foi um órgão de lobby – mas sempre esteve presente nas questões magnas – não às questões que interessam a uma empresa, mas ao setor”.



Pavimentando o caminho do crescimento

Eduardo Demarchi Difini conhece como poucos a história do IBP – desde o dia de sua fundação. Coordenou a Comissão Técnica de Refinação – a segunda criada dentro do Instituto – numa época em que o número de profissionais envolvidos com o assunto que tinham diploma de nível superior não passava de cinco dezenas.

“A primeira coisa que fizemos foi um plano de aferição para o controle de máquinas de medidas de índice de octano. Naquela época, o técnico variava a taxa de compressão com o motor em funcionamento, e comparava a batida de pinos com um padrão”.

Esse foi só o primeiro. Ainda à frente da comissão, Difini organizou o Seminário de Corrosão, o primeiro realizado pelo IBP, em 1962. Não tardou para ser indicado à presidência do IBP. Não deu outra: nos nove anos em que ocupou a cadeira, bateu o recorde de 103 congressos e seminários – número maior do que o realizado em toda a história do IBP.

Difini gozava de prestígio no mundo do petróleo, principalmente junto ao corpo técnico. E sempre que voltava de uma viagem, trazia uma nova idéia para o IBP. Brincava que o Brasil era como papel carbono. Cativou um bom relacionamento com o Institute of Petroleum, da Inglaterra, onde iniciou os diálogos a fim de trazer ao Brasil o World Petroleum Congress. Difini se-

diou uma reunião mundial do comitê técnico do WPC – causar uma boa impressão seria fundamental para ganhar o voto dos membros do colegiado. “Com a ajuda da Petrobras e da indústria alcooleira, organizamos visitas às indústrias de álcool e às plataformas de águas profundas. Eles foram bem recebidos, gostaram e foi mais fácil trazer para cá o evento, que disputamos com a França”.

Foi nesse período que o IBP criou a Rio Oil & Gas?

Rio Oil & Gás é a marca registrada do Congresso Brasileiro de Petróleo, que já existia. Ele nasceu a partir de uma idéia do Congresso Mundial do Petróleo, ocorrido em Frankfurt, em 1960. Os congressos e seminários, com apresentações e debates, foi uma cópia do que vi na Alemanha. Naquela época eu viajava muito porque a Refinaria de Mangueiras estava ampliando a capacidade – e aproveitei essas viagens para trazer essas idéias.

Hoje o IBP é muito diferente?

É bastante diferente. Primeiro ele está muito maior, cobrindo toda a área de prospecção. Hoje o negócio principal, mesmo para a empresa privada, é a produção de petróleo. Com a iniciativa liberada do estatismo, o congresso passou a ser muito mais importante – naquela época, as feiras eram rea-



lizadas com 8 mil ou 10 mil m², agora tem 30 mil m². E também está entrando em uma parte política, que não sei se é uma boa idéia – a bandeira da isenção é muito importante e o IBP, não sendo uma entidade pró-iniciativa privada, foi quem talvez mais tenha contribuído para a abertura fora da parte política. Porque organizávamos seminários e congressos para discutir o assunto – mas organizávamos com isenção.

Hoje o senhor ainda atua no setor?

Estou com 82 anos e tenho que aceitar que a vida não é mais a mesma. Graças a Deus, porque agora está muito mais difícil, com a globalização, mercados de capitais malucos e essa loucura com o dólar.

João Carlos de Luca

O IBP do futuro

João Carlos França de Luca tem em suas mãos o desafio de manter o IBP reconhecido por seus stakeholders como um fórum isento, apolítico, de inquestionável credibilidade, e sendo o principal canal de voz da indústria petrolífera brasileira – o que ele mesmo classifica como um dos mais importantes legados que recebeu de seus antecessores. “Tivemos a felicidade de promover a realização do 17º Congresso Mundial de Petróleo (WPC) em 2002, que foi um marco internacional, e também um divisor de águas para o IBP, representando um salto de crescimento em todas as esferas do Instituto. A partir dele, tiramos experiências que enriqueceram todos os nossos outros eventos, e podemos dizer orgulhosamente que o IBP conquistou junto a seu público um ‘selo de qualidade’ na promoção de qualquer evento que tem a nossa marca, fato que muito nos engrandece”, destaca o atual presidente do IBP.

A dinâmica do setor – com o crescimento do mercado de gás natural e a implantação de um marco regulatório para o setor energético – tornou-se a pauta das atividades do Instituto. “E agora damos a atenção necessária para a questão dos biocombustíveis, e as discussões para definição de um novo marco regulatório para o setor de E&P, com as importantes descobertas de petróleo e gás na região de ‘pré-sal’, que sem dúvida nenhuma representará um novo patamar em nossa história”.

O presidente observa que, para defender e promover o se-

tor, foi necessário partir para ações também no campo político – papel que o IBP não tinha até a abertura do setor, e que pode ser considerado um novo desafio: saber administrar e equilibrar os interesses entre os associados, buscando o melhor para a indústria como um todo. Com a experiência acumulada no comando da Área de E&P da Petrobras e na presidência da Repsol YPF no Brasil, João Carlos de Luca destaca que o principal pilar que tem permitido o crescimento e reconhecimento é a equipe de funcionários do IBP. “Nossa briosa equipe tem demonstrado extrema dedicação e competência, e se supera para atender as demandas do setor e de nossos associados e parceiros, atuando sempre com elogiável profissionalismo”.

Desde quando você participa do IBP, o instituto mudou muito?

Acompanho a história do IBP há cerca de 25 anos, quando iniciei meu primeiro contato com o Instituto. Nesta época trabalhava na Petrobras e as primeiras atividades das quais participei foram os eventos e comissões técnicas ligadas à área de Exploração e Produção, na qual tive a honra de ser o coordenador da Comissão Técnica de E&P. Nos anos 90, tive a oportunidade de presidir o Conselho de Administração, onde pude presenciar as grandes transformações do Instituto, incluindo a abertura do mercado em 1997, o que considero o grande marco e mudança para o IBP. Em 2001, assumi a presidência.



Por qual motivo o IBP passou a ter maior atuação política?

Desde a flexibilização do monopólio e a criação da Lei do Petróleo, em 1997, era importante ter um fórum isento para discutir as diretrizes do novo mercado de petróleo no Brasil, de forma a atender aos interesses de todos os investidores. O IBP provou ser o local ideal para estas discussões, sempre buscando o equilíbrio desses debates e atuando como interlocutor da indústria.

O que será do IBP nos próximos 50 anos?

Este ano já tivemos uma grande mudança, que deve repercutir nas próximas décadas. Passamos a incorporar os “biocombustíveis” em nossa razão social. Acredito também que o papel do IBP construído a partir da abertura do setor, como interlocutor entre empresas, órgãos de regulamentação e esferas governamentais, foi um passo importante e tende a se desenvolver ainda mais dentro das nossas atividades. Também está nos nossos planos ampliar as atividades de treinamento e especialização dos profissionais do segmento com cursos de pós-graduação e MBA. A Responsabilidade Social e as questões de SMS também continuarão a exigir grandes esforços do Instituto no futuro.

O IBP tem concentrado a inteligência voltada às atividades de petróleo no país. Desde o início o IBP buscou apoiar a capacitação profissional – atuação que foi importante para o Brasil atingir a auto-suficiência, e como órgão de

informação tem sido perfeito.



Ozires Silva – ex-presidente da Petrobras e ex-ministro de Infra-estrutura

O IBP se confunde com a própria indústria brasileira do petróleo pelos excelentes trabalhos prestados desde a sua fundação até a atualidade. E a cada ano que passa o IBP mais se aprimora e mais contribui para o desenvolvimento da indústria do petróleo no Brasil. Ele tem a capacidade primordial de aglutinar as empresas de exploração de petróleo com as empresas de prestação de serviço e os fornecedores de equipamentos não só no sentido de desenvolver a cada dia a indústria do petróleo brasileira, como também contribuir para o crescimento contínuo do conteúdo nacional nessas atividades.

José Eduardo Frascá Poyares Jardim – presidente da Associação Brasileira dos Perfuradores de Petróleo



Nesses 50 anos de existência, o IBP tem se mostrado um grande Parceiro do Brasil no desenvolvimento do setor de petróleo e gás brasileiro. Com a abertura do mercado, em 1997, o Instituto ganhou ainda mais importância estratégica e vem cumprindo com êxito seu papel, seja nas discussões dos temas de interesse do setor, na excelência dos inúmeros cursos realizados anualmente, que contribuem para a formação da mão-de-obra qualificada ou na realização de feiras, congressos e seminários. É uma instituição em linha com as mudanças do mercado e fundamental para o desenvolvimento sustentável da indústria nacional de petróleo e gás.



Eloi Fernandez – Diretor-geral da Organização Nacional da Indústria do Petróleo

O IBP criou, ao longo de seus 50 anos, um reconhecimento extremamente significativo pela sua contribuição à indústria – inicialmente voltada para as questões de formação de pessoas, organização de feiras e contribuição à normatização técnica do setor. Esse papel tornou-se muito mais significativo a partir do processo de abertura do setor de petróleo e gás: o IBP passou a ser a entidade mais representativa, convergindo os interesses da indústria.

Através do Steering Committee, representando a área de exploração e produção, foi possível interagir sob diversas formas junto à ANP e aos governos federal e estaduais em temas que dizem respeito às questões ambientais, taxação e regulação, transformando-se na voz mais importante do país no sentido de contribuir, trabalhar e agir junto a esses stakeholders. Na área de gás natural também não foi diferente: através do Conselho de Gás Natural foi possível criar uma ação muito efetiva em todas as discussões que antecederam a submissão de uma proposta sobre a Lei do Gás Natural.

Foi uma contribuição muito importante e decisiva, que se torna cada vez mais relevante.

Luiz Carlos Costamilan – Conselheiro do IBP



Boa parte da agenda do IBP é comum à agenda da Abdiq. Temos um leque maior de cobertura, e foi importante que o IBP, uma entidade co-irmã, assumisse especializadamente a defesa da indústria do petróleo de uma forma ativa, objetiva e que trata bem dos interesses dos seus associados e da sua comunidade.

Paulo Godoy – presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base

Desde a publicação da Lei do Petróleo, em 1997, o IBP vem liderando o processo de negociação da regulamentação do ambiente fiscal no Brasil. Não seria exagero afirmar que este processo é um dos mais delicados, diante do antagonismo dos interesses envolvidos.

Se por um lado, as indústrias anseiam por realizar investimentos com o menor custo fiscal possível, de outro lado, os estados almejam auferir dos investidores aquilo que consideram como a justa remuneração pela exploração dos seus recursos naturais.

E é exatamente na busca do equilíbrio nessa equação que o IBP surge, como legítimo interlocutor da Indústria, atuando sempre de forma exemplar e responsável ao longo de todos esses anos.

Almir Barbassa – Diretor da Área Financeira – Petrobras



Os 50 anos do Instituto Brasileiro de Petróleo são comemorados em um ambiente de prosperidade para a indústria de petróleo, gás e biocombustíveis do Brasil. Para tanto, cabe, sem dúvida, reconhecer o quinhão de acertos do IBP, notadamente após a abertura do mercado de exploração e produção brasileiro. Esse foi o grande desafio do IBP. Agregar as novas empresas, as novas culturas de negócios, em um ambiente até então conduzido unilateralmente pelo Estado brasileiro por intermédio da Petrobras. O IBP entendeu sua missão e tornou-se um dos principais forns da indústria. Em suas comissões se forjaram – ainda se forjam – os alicerces da nova economia de óleo, gás e biocombustíveis do Brasil.



O empenho do IBP para que fossem preservadas as grandes conquistas já obtidas pela Petrobras e ao mesmo tempo abertas as portas para os novos investidores hoje já rende lucros para a nossa sociedade.

Murilo Marroquim – Presidente da Devon Energy do Brasil Ltda.

O Instituto Brasileiro do Petróleo congrega todas as empresas operadoras de petróleo do país, inclusive a maior de todas que é a Petrobras, por isso tem um papel fundamental no setor. O IBP é um instituto forte, pujante, com administração eficiente, e que hoje tem uma força maior do que nunca, em virtude do desenvolvimento que esse setor tem apresentado no país. Ele sempre teve um papel preponderante na formação de pessoas, certificações e normatizações, e na representação do setor perante os Governos nos níveis federal, estadual e municipal. Demonstra, com isso, que está credenciado para continuar a exercer esse papel. A Abemi, como uma entidade coirmã, e que tem atuado junto ao Instituto na área de qualificação profissional, parabeniza o IBP por todo esse trabalho realizado ao longo desses 50 anos.



Ricardo Pessoa – presidente da Associação Brasileira de Engenharia Industrial

O IBP foi instituição extremamente importante nesses 50 anos que passaram, mas que será muito mais importante em função desse pluralismo que se desenha com as crescente participação de outras empresas no setor. Com



os preços do petróleo cada vez mais alto devido aos custos de produção cada vez mais caros, e os problemas de natureza geopolítica enfrentados nas regiões onde estão localizadas as reservas de petróleo, o Brasil aparece com gigantesco e interessante potencial – pelas localização das bacias sedimentares na costa, e pelas recentes descobertas nas Bacias de Campos e Santos – a ponto do grande interesse despertado pelas licitações da ANP. E o Brasil tem demonstrado ter instituições sérias, permanentes, com regras claras e objetivas, e equilíbrio político. Isso traz um incentivo a que outras empresas venham participar – com isso uma organização igual ao IBP passa a ser vital.

Armando Guedes Coelho – Conselheiro do IBP

Gostaríamos de congratular o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP pela passagem do seu 50º aniversário e pelos relevantes serviços prestados para as indústrias brasileiras direcionadas para as atividades energéticas.



O IBP, com o seu sucesso, representa um marco e um referencial nas relações entre a Petrobras e as empresas fornecedoras nacionais. Ao longo destes 50 anos, o IBP não só atingiu os seus objetivos, de promover o desenvolvimento do setor nacional de petróleo e gás, como contribuiu de forma marcante para tornar as indústrias nacionais do setor mais competitivas, interna e internacionalmente.

Dentre as diversas iniciativas bem sucedidas promovidas pelo IBP destacam-se a consolidação da Rio Oil & Gas, que tornou-se um evento de importância estratégica para o País e a feira de negócios mais relevante da América Latina, e a realização, em 2002, no Rio de Janeiro, do Congresso Mundial do Petróleo.

A Abimaq parabeniza o presidente Guilherme de Oliveira Estrella, estendendo as congratulações à diretoria e demais órgãos que compõem o IBP, pela passagem desta data tão significativa e expressa seus votos de continuidade de sucesso para os próximos 50 anos!

Luiz Aubert Neto – Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

Quero me congratular com todos os amigos do IBP pelo seu cinquentenário e aí aproveito para cumprimentar particularmente João Carlos de Luca, Álvaro e Ernani, pelo excelente trabalho que vem realizando à frente desse renomado Instituto.

É importante ressaltar a grande colaboração que o IBP prestou à expansão internacional da Petrobras através dos grandes eventos e seminários internacionais que permitiram divulgar e tornar

mais conhecido o nosso nome em todo o mundo, propiciando ainda inúmeros contatos com expoentes do mercado que alavancaram o desenvolvimento de uma série de novos negócios, ao longo de todos estes anos. Obrigado pelo apoio e mais uma vez parabéns.

Nestor Cerveró – diretor da Área Internacional da Petrobras



Comissão de Transporte Dutoviário

Uma atividade tão antiga quanto a produção de petróleo

Dos três cursos de pós graduação voltados para o transporte dutoviário que existem no mundo, um é realizado na PUC-RJ. E teve como mola propulsora o esforço da Comissão de Transporte Dutoviário. Essa é uma prova do trabalho que congrega pouco mais de 40 participantes ligados a operadoras, construtoras, fabricantes de equipamentos, prestadoras de serviços, centros de pesquisas e consultores.

“A Comissão de Transporte Dutoviário existe dentro do IBP desde 1996, e tem como objetivo principal promover a atividade dutoviária brasileira para transporte de petróleo, gás, derivados e álcool, considerando todos os aspectos relativos a atividade – como qualidade dos produtos, engenharia de custos da atividade, segurança operacional e meio ambiente”, explica o coordenador da Comissão, **Marcelo Rennó**.

Sua maior realização talvez seja a Rio Pipeline Conference, que a cada dois anos transforma o Rio de Janeiro em ponto de encontro obriga-

tório para todos os profissionais que estão envolvidos com dutos – o número de congressistas (1400, de 30 países) da última edição do evento, realizado no mês passado, mostra a dimensão do evento.

Nas reuniões, o assunto sempre gira em torno das questões mais relevantes da atividade dutoviária brasileira – desde aspectos ligados ao meio ambiente e regulação até o Prominp e a Lei do Gás, passando pela evolução de “pigs” instrumentados e de materiais para tubulação. Marcelo Rennó explica que, por ter integrantes de vários segmentos, a Comissão é um bom ambiente para a troca de informações. “O transporte dutoviário é uma atividade onde a indústria do petróleo executa suas atividades fora dos seus terrenos próprios. Então todo o respeito que temos que ter, e todos os cuidados com relação a questão da segurança das instalações e da preservação do meio ambiente ao longo do trajeto dessas instalações é algo fundamental, hoje e sempre”.



Linha do tempo

Anos 50

O transporte dutoviário é uma atividade que se iniciou com as primeiras refinarias do país – e a necessidade de transportar petróleo dos terminais de importação até as unidades de refino.

Anos 60

Oleoduto para Belo Horizonte – o primeiro extenso que tivemos no país – abriu as portas para a entrada de tecnologias como proteção catódica e revestimentos.

Anos 70

Instalados os primeiros gasodutos – o primeiro foi o Gasoduto Bahia – Sergipe.

Anos 80

Expansão da malha de oleodutos e gasodutos

Anos 90

Construção do Gasoduto Bolívia-Brasil

Século XXI

Novo programa de expansão da malha de dutos – com interligação entre as regiões Sudeste e Nordeste e a conclusão do sistema Urucu-Coari-Manaus, na selva amazônica.

Futuro

Consolidação de novos materiais, sistemas de integridade e práticas construtivas – como perfuração direcional. Questões relativas a segurança operacional e preservação do meio ambiente ganham ainda mais importância.

Comissão de Petroquímica

A química da competitividade

A palavra-chave da Comissão de Petroquímica é competitividade. Em torno dessa questão giram as reuniões, sempre observando a disponibilidade de matérias-primas, inovação tecnológica, capacitação e sustentabilidade. “A competitividade da cadeia como um todo é o nosso principal ponto. Também discutimos a perspectiva da indústria petroquímica mundial, tendências de mercado, tendências industriais, tecnologia e inovação”, conta a coordenadora da Comissão, **Kátia Macedo**.

A Comissão de Petroquímica foi criada na década de 70, na esteira da implantação da indústria petroquímica no país – o curso “Análise de Investimentos na Indústria Petroquímica” até hoje é procurado por executivos que atuam nas empresas do setor.

Hoje a comissão busca, em suas reuniões, avaliar a disponibilidade de matérias-primas para o crescimento do setor. “Sempre foi

um grande desafio, e continua sendo para a nossa indústria, ter essa matéria-prima. O que aparece como oportunidade interessante é a tecnologia que a Petrobras vai levar para o Comperj – que vai fazer petroquímicos básicos a partir do processamento de petróleos pesados. Essa é uma virada fantástica em termos de mercado e em termos de tecnologia – e pode dar uma guinada nesse desafio”.

A disseminação do conhecimento ainda norteia os passos da comissão. Kátia explica que a capacitação de mão-de-obra para atendimento dessa indústria é uma frente que toma bastante atenção, não só de curto prazo – com os cursos ministrados pelo IBP – mas também em relação às redes tecnológicas. “O Brasil precisa otimizar o uso de recursos que são alocados para P&D em nossa área. Existem algumas redes de conhecimento que a Comissão tem trabalhado para disseminar melhor a informação”.



Linha do tempo

Anos 50

Existem poucas empresas petroquímicas no país

Anos 60

As primeiras iniciativas começam a ganhar corpo em São Paulo

Anos 70

Governo cria modelo tripartite para conduzir implantação de petroquímicas no país

Anos 90

Governo lança plano de desestatização do setor
Abertura da economia leva empresas a buscarem competitividade internacional

Século XXI

Setor petroquímico nacional busca consolidação – mais de três dezenas de empresas unem-se em dois grandes grupos e a Petrobras para ganhar escala e enfrentar concorrência internacional

Futuro

Quebra de paradigmas tecnológicos – como o FCC petroquímico e as matérias-primas renováveis – mudará relações do setor

Comissão de Responsabilidade Social Corporativa

Atuação Responsável

A Comissão de Responsabilidade Social Corporativa vem realizando um trabalho vertical com todas as outras comissões do IBP e conquistando espaço em eventos do setor, com o objetivo de disseminar os conceitos de sustentabilidade na indústria de petróleo e gás. “Há alguns dias conversamos com a Comissão de Biocombustíveis, e notamos uma série de questões pertinentes à responsabilidade social que eles deviam estar atentos. Precisamos influenciar dentro e fora de casa”, conta a coordenadora da Comissão, Nara Borges.

Essa é apenas parte de um trabalho iniciado em 2002, e que reúne, além das empresas, universidades, Governo, ONGs e consultorias. Das companhias de petró-

leo listadas atualmente no Dow Jones Sustainability Indexes, oito estão representadas na Comissão. “A Comissão começou a trabalhar no Congresso Mundial de Petróleo. Mas isso é um forte elemento de gestão, não só pelo fator reputacional, mas também pelo benefício que traz para o resultado da empresa – na garantia de que você vai ouvir sua parte interessada, e mitigar qualquer crise nas operações, no relacionamento com os fornecedores ou público interno”

Desde então a Comissão passou a ser o fórum da indústria do petróleo para as questões de responsabilidade social – foi a partir do trabalho da comissão que sur-



giu a extensão dos indicadores de responsabilidade social do Instituto Ethos específicos para o setor.

A Comissão está organizando um seminário, que se repetirá anualmente, para tratar dos desafios e oportunidades para a responsabilidade social em toda a cadeia, e também busca inserir o assunto nos demais eventos do setor. Além disso, o novo site da Comissão será mais uma fonte para dividir informações com a indústria do petróleo.

“No futuro isso vai ser tão natural para as empresas que não vamos precisar provar que isso tem um resultado positivo”, finaliza Nara.

Linha do tempo

Anos 50

Uma doação da A. P. Smith à Universidade de Princeton dá início para os EUA estabelecerem a lei da filantropia corporativa.

Anos 60

A Europa discute possíveis soluções para os problemas sociais.

Anos 70

A demonstração das ações empresariais para a sociedade ganha importância. A França cria lei que obriga as empresas com mais de 300 funcionários a publicar o Balanço Social. No Brasil, o 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas tem como tema o Balanço Social da Empresa.

Anos 90

Ganha importância a discussão sobre os temas ética e moral nas empresas. No Brasil é fundado o Instituto Ethos, para mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável.

Século XXI

As normas BS 8800 e OHSAS 18001, que tratam de segurança e saúde no ambiente de trabalho, e a SA 8000, com foco na responsabilidade social corporativa, passam a ser adotadas e cobradas com maior ênfase.

Futuro

Qualquer decisão vai ser avaliada sob a ótica da responsabilidade social. Os conceitos estarão permeando as divisões de negócios e os processos das organizações

Comissão de Exploração & Produção

Um grande potencial

A Agência Nacional do Petróleo passará a aceitar, nos programas de exploração mínimos dos blocos licitados na 9ª Rodada, as tecnologias de levantamento eletromagnético e piston core. Isso é uma amostra do respeito que a Comissão de Exploração e Produção tem em todo o setor.

Outro exemplo, dado pelo coordenador da Comissão, **Giovanni Toniatti**, foi a divisão por blocos para as licitações de exploração da ANP “Desde 2002 tínhamos essa idéia, que foi adotada pela Comissão e ganhou a adesão da Agência”.

O grande marco não só para a comissão, mas também para o IBP foi o seminário “Nova Regulamentação do Petróleo”, que em 1995 apontou o envolvimento do Instituto no processo de abertura do setor à iniciativa privada. Antes disso – com a atividade de prospecção



restrita à Petrobras – assuntos relacionados à exploração e produção se restringiam à interface com fornecedores e palestras técnicas. Hoje o tema tem outro status, acrescentando estudos econômicos e de gestão – nas últimas reuniões, por exemplo, o assunto principal gira em torno dos problemas com a 8ª Rodada e as perspectivas para a 9ª Rodada.

“Um assunto que mereceu bastante atenção dos membros da comissão foi o programa de classificação de reservas”, lembra Toniatti.

O coordenador não arrisca fazer uma previsão dos assuntos que estarão em pauta nos próximos anos, embora admita que o potencial brasileiro vai levar muito tempo para ser explorado. “Daqui a dez anos vamos falar muito mais em combustíveis alternativos – e isso vai ser uma grande mudança”.

Linha do tempo

Anos 50

Petrobras inicia as atividades. Produção se restringe às áreas terrestres do Recôncavo baiano

Anos 60

Primeiras prospecções no mar

Anos 70

Confirmada existência de petróleo na Bacia de Campos. Mundo assiste a dois choques do petróleo

Anos 80

País alcança produção de 500 mil barris diários

Anos 90

Emenda Constitucional flexibiliza monopólio estatal do petróleo

Século XXI

Brasil alcança a auto-suficiência na produção de petróleo

Futuro

Petróleo será prospectado em zonas cada vez menos convencionais – como as águas ultraprofundas

Comissão de Biodiesel

O combustível do futuro

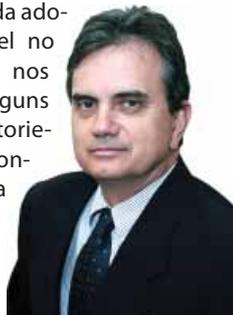
O status alcançado pelos biocombustíveis ganhou reflexo dentro do próprio IBP – que decidiu incluir oficialmente em seu nome também os biocombustíveis, e desenvolver estudos nessa área, com criação da Comissão de Biodiesel, que desde 2005 vem realizando um extenso trabalho para mapear o cenário de produção de biodiesel no país e no mundo.

“O IBP resolveu dar prioridade a essa comissão. Agora estamos contando com as mais renomadas universidades do país para traçar os cenários técnicos e logísticos da produção e uso do biodiesel”, comenta o coordenador da Comissão, **João Carlos Antunes**.

O trabalho, realizado pela Coppe, levanta um perfil da cadeia de suprimento de matérias-primas disponíveis, traça perspectivas de demanda e analisa um benchmark internacional.

“Como o Brasil é um país diferente da Alemanha – onde só há um tipo de matéria-prima disponível para a produção de biodiesel – existem várias possibilidades, cada uma mais adequada à uma região”.

O coordenador lembra que todos os países subsidiam a produção de biodiesel – imprescindível para um combustível que tem custo de produção maior do que o diesel derivado do petróleo. O caminho adotado pelo Brasil foi a obrigatoriedade da adoção do biodiesel no diesel vendido nos postos. “Em alguns países a obrigatoriedade pode acontecer. A história diz que ninguém voluntariamente faz uma ação desse tipo”.



Linha do tempo

Anos 70

Acordo entre IPT e Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira desenvolve projetos de óleos vegetais como combustíveis. A Universidade Federal do Ceará encontra um novo combustível originário de óleos vegetais e com propriedades semelhantes ao óleo diesel convencional.

Anos 80

Governo Federal lança o Programa de Óleos Vegetais, quando testa a utilização de biodiesel e misturas combustíveis. Os custos elevados de produção impediram seu uso em escala comercial.

Anos 90

Questões ambientais estimulam a pesquisa por combustíveis de origem não-fóssil

Século XXI

Governo brasileiro adota obrigatoriedade na adição de biodiesel no diesel.

Futuro

Preços de produção de biodiesel chegam mais próximos dos preços de produção dos derivados de petróleo. Países adotam obrigatoriedade no uso de combustíveis renováveis.

Comissão de Asfalto

Pavimentando o conhecimento

A intensidade registrada no 18º Encontro de Asfalto, realizado no ano passado, é uma mostra das atividades da Comissão de Asfalto – que desde que foi criada, em 1967, vem contribuindo para definir normas e especificações de emulsões asfálticas, e adequações à situação brasileira, num setor que movimentava 1,8 milhões de toneladas de produto ao ano. “A Comissão de Asfalto é um importante fórum de discussão e normatização relativa aos materiais asfálticos. Ela agrega os produtores, fabricantes e distribuidores de asfal-



tos, emulsões e asfaltos-diluídos, os consumidores como os órgãos públicos rodoviários e viários urbanos, bem como os concessionários de rodovias, institutos de pesquisa e docentes universitários, a ANP e o IBP, e ainda técnicos colaboradores de renome e reconhecimento nacional”, conta a coordenadora da Comissão, **Liedí Bariani Bernucci**.

Dos primeiros encontros que reuniam os técnicos do DNER com os fabricantes de asfalto, passando pelo convênio firmado entre IBP e ABNT, a Comissão vem elaborando normas, metodologias de ensaio, novas especificações de produtos e misturas e diretrizes sobre materiais asfálticos. Hoje a missão é dividida entre os Grupos de Trabalho – exemplo dos grupos “Asfaltos Modificados por Polímeros e Emulsões”, “SMS no Segmento Asfalto”, “Aditivo Melhoradores de Adesividade” e “Misturas Asfálticas”. “Graças ao trabalho desses grupos, numerosas especificações da ABNT são realizadas anualmente. Destaque deve ser dado ao trabalho da Comissão junto à ANP, encaminhando propostas bem elaboradas de especificações nacionais sobre asfaltos, asfaltos modificados por polímero SBS, asfaltos diluídos, e asfalto-borracha”, ressalta Liedí.

Outra atribuição de grande valor é o grupo de Programa Interlaboratorial de Asfalto, que estuda a reprodutibilidade de resultados de ensaios de ligantes asfálticos entre os órgãos e instituições.

Linha do tempo

Anos 50

Os ligantes asfálticos foram introduzidos no Brasil em 1902 pelo prefeito Pereira Passos (Rio de Janeiro), sendo empregado até 1957 seguindo normas de especificações estrangeiras

Anos 60

Em 1964 foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Asfalto, com o objetivo de traçar as diretrizes da Comissão de Asfalto, que seria criada em 1967.

Anos 70

Realizado o primeiro Encontro de Asfalto, no Auditório do DER-RJ, em dezembro de 1976.

Século XXI

Forte demanda de soluções asfálticas de elevados desempenho e durabilidade, e de soluções rápidas de manutenção de pavimentos delineiam novas tecnologias.

Futuro

Preocupações ambientais e com a saúde dos trabalhadores devem ser enfrentadas com soluções eficientes nas próximas décadas. A era dos biomateriais chegará igualmente aos ligantes asfálticos para a pavimentação.

Comissão de Combustíveis

Dentro das especificações

Evolução de mercado, combustíveis renováveis, adulteração, especificações. A pauta de assuntos da Comissão de Combustíveis é cada vez mais diversificada, e por isso os integrantes têm buscado uma interação maior com outras comissões – e até outras entidades – que tenham preocupações em comum, como a AEA – Associação Brasileira de Engenharia Automotiva e a SAE – Sociedade da Engenharia da Mobilidade. “Estamos sempre falando em especificações, biocombustíveis, mercado e adulteração, nossos desafios



atuais”, comenta o coordenador da Comissão, **Antonio Alexandre Ferreira Correia**.

A comissão foi criada de-

pois que os agentes constataram a necessidade de uma disseminação maior do conhecimento – há vários anos empreendido pelo Sindicato dos Distribuidores de Combustíveis, mas que ganhava nova dimensão com o advento da Lei do Consumidor. Agora se depara com uma nova realidade, frente à necessidade de monitoramento da qualidade de combustíveis e ao novo perfil de demanda.

Temas como o papel do GNV na matriz de combustíveis e a qualidade do biodiesel levaram a Comissão a tratar do assunto de forma integrada com outras comissões dentro do próprio IBP. “No futuro vamos ter um setor bem diversificado. Temos visto a busca por energias renováveis e fontes que hoje são inviáveis serão viáveis”, prevê Correia.

Linha do tempo

Anos 60

Sindicato do Comércio Atacadista de Minérios e Combustíveis Minerais do Estado da Guanabara ganha representatividade nacional com a denominação de Sindicato Nacional do Comércio Atacadista de Minérios e Combustíveis Minerais, atual Sindicom

Anos 70

Com Proálcool, distribuidoras começam a adaptar suas instalações e bombas para o novo combustível.

Anos 80

Preocupações ambientais. A Petrobras elimina a adição de chumbo tetraetila à gasolina.

Anos 90

Advento do Código de Defesa do Consumidor. Inaugurados os primeiros postos de abastecimento de gás natural.

Os preços dos combustíveis são desequilibrados.

Século XXI

Autorizada a produção de gasolina pelas centrais petroquímicas

Companhias de petróleo avançam em desenvolvimentos de outras fontes e se transformam em empresas de energia. Reforma tributária nos combustíveis (Emenda Constitucional 33 e Lei 10.336 - CIDE).

Liberação do mercado, com a liberdade para formação de preços nas refinarias e livre importação de gasolina e diesel. Criação do Programa Nacional do Biodiesel

Futuro

Fontes renováveis se tornarão viáveis técnica e economicamente

Comissão de Lubrificantes e Lubrificação

Azeitando o crescimento

A Comissão de Lubrificantes e Lubrificação foi criada há 13 anos, logo após o I Congresso Internacional de Lubrificantes realizado no Rio de Janeiro. E desde então acompanha as transformações que o mercado de lubrificantes assiste, tanto de volume quanto de qualidade. “O setor de lubrificantes evoluiu muito e continua evoluindo, pois está intimamente atrelado ao desenvolvimento do país – a indústria cresce, mais máquinas e equipamentos, mais veículos circulando, e portanto, maior consumo de lubrificantes. A tecnologia acompanha essa evolução, pois máquinas modernas exigem óleos modernos”, explica o coordenador da Comissão, **Pedro Nelson Belmiro**.

O grande desafio do setor de lubrificantes no Brasil hoje é acompanhar o desenvolvimento tecnológi-

co e adequar-se às restrições ambientais, num mercado que ainda é extremamente sensível a preço e carente de pesquisas específicas. “A Comissão de Lubrificantes e Lubrificação tem debatido, ao longo desses anos, os principais temas que impactam o mercado – desde o uso de matérias primas adequadas até o descarte apropriado do óleo usado – agindo como suporte técnico aos órgãos reguladores na preparação de legislação específica e tornando-se o principal fórum de debates dos assuntos relativos ao setor”.



Linha do tempo

Anos 50

A criação da Petrobras nacionaliza a produção de básicos nacionais e o avanço das especificações – até então o Brasil importava a totalidade de básicos, aditivos e óleo acabado consumidos.

Anos 70

Preços tabelados e um consumo quase que inalterado.

Anos 90

A legislação do setor evolui, com regulação da qualidade e leis ambientais restritivas.

Futuro

Futuro acenando com avanço tecnológico cada vez maior e legislações ambientais mais rigorosas. Também uma grande diversidade de combustíveis e a necessidade de óleos básicos superiores, como grupo III e GTL.

Comissão de GLP

Receita do chef

A Comissão de GLP é uma das mais novas criadas dentro do IBP – com o objetivo de levar para uma entidade respeitada a discussão de temas técnicos da atividade, como qualidade de produto, segurança e meio ambiente. “Sentíamos falta de um fórum que fosse chancelado por uma entidade de renome para discutir esses temas”, explica



o coordenador da Comissão, **Ubiratan Clair**.

GLP não é um assunto novo na indústria nacional – há pelo menos cinco décadas o brasileiro utiliza o produto nos fogões.

Mas os players do setor ainda sentem um desconhecimento do produto – que é o primeiro sucedâneo do gás natural.

Iniciado no primeiro semestre deste ano, o trabalho já tem metas bem estabelecidas – a primeira delas é disseminar o conhecimento do produto dentro da grade de cursos regulares do IBP. “Esse curso já está desenhado e com os instrutores escolhidos. Nunca houve esse tipo de abordagem dentro de todos os setores que envolvem o uso do GLP”, explica o coordenador.

Nas pautas das reuniões, constam assuntos como SMS – que os técnicos pretendem desenvolver indicadores e traçar benchmark internacionais – e qualidade do produto. “Como a Petrobras e a ANP fazem parte da Comissão, além das distribuidoras, esse tema não poderia deixar de ser abordado”.

Linha do tempo

Anos 30

Com o acidente que destruiu o Zepelin, sobram no Brasil cerca de seis mil cilindros de gás butano, que passaram a ser utilizados como combustível nos fogões e aquecedores – como ocorria na Europa

Anos 50

Com a consolidação do suprimento – importado produzido nas primeiras refinarias – o mercado começa a evoluir e o GLP passa a fazer parte da vida da população urbana.

Anos 70

Os preços dos derivados de petróleo são equalizados em todo o território nacional – criando distorções no mercado, como falta de competição e regionalização de distribuidoras.

Anos 90

Desregulamentação da atividade e fim da equalização de preços impulsiona competitividade no mercado

Século XX

Liberação dos preços no produtor aumenta a competição.

Futuro

Consolidação da competitividade e amadurecimento do mercado farão com que o GLP transcenda a cocção e o aquecimento. GLP também ganhará espaço por ser o substituto mais próximo do gás natural.

Comissão de Refino

Pauta refinada

A Comissão de Refino foi uma das primeiras a serem instituídas dentro do IBP. Permanece até hoje – embora com uma pauta bem diferente. Das atuais preocupações, a Comissão está empenhada na evolução do parque nacional de refino. “Havia necessidade de o IBP tentar formular um alinhamento em relação ao que é importante para o Brasil”, comenta o coordenador da Comissão, **Armando Guedes Coelho**.



O IBP sabe quanto é importante para um país ter capacidade instalada para atender a demanda interna – caso contrário ficará dependente de importação de produtos que nem sempre estarão disponíveis em grandes volumes. “Isso acontece porque o mundo comercializa cerca de 80 milhões de barris de óleo cru por dia – em derivados, o volume comercializado gira em torno dos 10 milhões de barris, porque a filosofia que os países adotam é refinar para o seu próprio mercado”.

E assim ocorreu com o Brasil, que chegou a importar 80% do petróleo que consumia – mas aqui produzia os derivados. Agora, com o crescimento da produção interna – de um petróleo que não é o mais adequado para suas necessidades – o país chegou numa curiosa situação de ter que exportar seu petróleo para comprar petróleo ou derivados de outros países, porque suas refinarias não foram projetadas para processar o petróleo pesado. “A discussão que temos na Comissão de Refino é sobre a matriz de refino que devemos adotar no Brasil, no sentido de otimizar o processamento dos petróleos que aqui se produzem e atender o mercado de uma maneira mais eficiente possível”.

Armando cita como exemplo a Refinaria Premium – em projeto na Petrobras – que deverá processar 500 mil barris por dia. Quando exporta o petróleo pesado, a companhia recebe até US\$ 15 a menos do que a cotação do barril Brent – se exportasse esse volume em derivados, ganharia uma diferença que passa dos US\$ 5 milhões por dia, ou US\$ 1,8 bilhão por ano, o suficiente para pagar nova uma refinaria a cada dois anos.

Linha do tempo

Anos 50

Construídas as Refinarias de Manguinhos, União, Cubatão e Manaus – que se juntam às pioneiras Mataripe e Ipiranga.

Criada a Comissão de Refino

Estratégia política de atração de indústria automobilística cria matriz de transporte baseada nos modais rodoviários – o que aumenta o consumo de diesel

Anos 70

Novas refinarias são construídas para atender ao crescimento da demanda – por questões de balança comercial e segurança energética, o Brasil não poderia ser importador de derivados.

Anos 90

Abertura do setor à iniciativa privada

Século XX

Incompatibilidade entre os preços dos derivados de petróleo no mercado interno e externo afeta empresas que não possuem produção própria de óleo cru. Manguinhos direciona parque para produção de biodiesel e Ipiranga é comprada por Petrobras, Ultra e Braskem

Advento dos carros bi-combustíveis muda paradigma de consumo de gasolina

Futuro

Tecnologias para processar petróleos mais pesados ganham espaço no parque de refino mundial

Comissão de Regulamentação de Exploração e Produção

Um ambiente plural

Com a abertura da exploração e produção de petróleo à iniciativa privada, seria indispensável criar uma Comissão que representasse os players do setor. “Com a possibilidade de empresas operarem no Brasil, elas viram no IBP o melhor guarda-chuva para abrigar suas discussões” conta o coordenador da Comissão de Regulamentação de Exploração e Produção, **Jorge Marques de Toledo Camargo**.

A pauta de reuniões resume bem os principais desafios das empresas que fazem parte da comissão: licenciamento ambiental, conteúdo local de fornecimento e regulação.

No primeiro caso, o foco é atingir um pro-

cesso contínuo de aperfeiçoamento com as diretrizes do Ibama – a fim de tornar-se referência em gestão ambiental.

Já no quesito conteúdo local, o empenho é induzir os fabricantes nacionais a atingirem competitividade internacional. As questões regulatórias também mobilizam os integrantes da Comissão, que discutem a necessidade de instrumentos legais que dêem estabilidade e previsibilidade aos investidores.

“O IBP, principalmente depois da abertura, passou a ter papel relevante. As empresas aportam experiências internacionais porque enxergam no IBP um papel de interlocutor importante, que ele construiu nos últimos 50 anos”, avalia Jorge Camargo.



Linha do tempo

Anos 50

Lei 2004 cria a Petrobras como empresa estatal para as atividades ligadas ao petróleo

Anos 70

Abertura da exploração à iniciativa privada, através dos “contratos de risco”

Anos 80

Constituição confirma a União como detentora do monopólio para as atividades ligadas ao petróleo

Anos 90

Emenda Constitucional flexibiliza monopólio estatal do petróleo

Futuro

O Brasil manterá auto-suficiência se o ambiente regulatório continuar atraindo investidores
O Brasil se torna referência em gestão ambiental caso os interesses de indústria, órgãos ambientais e sociedade converjam para um denominador comum
A indústria fornecedora se torna a mais competitiva da Bacia do Atlântico caso as questões de conteúdo local induzam a capacitação

Comitê de GNV

Frota cativa

Sem perspectivas de queda nos preços do petróleo, e com a evidente necessidade de surgirem alternativas que possam substituir, mesmo que parcialmente, os combustíveis automotivos – responsáveis por cerca de 70% do consumo de petróleo no mundo – o gás natural veicular, ou GNV, ganha nova dimensão.

“O Comitê de GNV do IBP foi criado em 2002, com o objetivo de contribuir para o crescimento sustentado do setor de gás natural veicular, tendo como missão agir como uma voz nacional, instrumento catalisador de ações coletivas do setor, desenvolver e difundir melhor conhecimento e a tecnologia aplicáveis, e prover serviços e informações a seus membros”, conta o coordenador do Comitê, **R. Fernandes**.



O coordenador lembra

que, no Brasil, o gás natural veicular detém um papel importante no progresso e no desenvolvimento econômico e social do país. “Em primeiro lugar, representando uma demanda firme de gás, o GNV desempenha na matriz energética de cada Estado o mesmo papel desempenhado pelo consumo do setor residencial, nos países europeus e na América do Norte. Do ponto de vista social, o gás veicular exerce um papel preponderante no sentido de permitir economias significativas para seus usuários. Isso se dá, não só por conta do diferencial de preços, mas também do seu desempenho em motores do ciclo Otto. Assim, são geradas poupanças, que se transformam em consumo, ajudando o desenvolvimento industrial e econômico de cada Estado. Essas poupanças, no Brasil, atendem hoje a necessidades de uma população estimada em 4,5 milhão de pessoas. E tudo isso, sem contar com a contribuição ambiental resultante do uso do gás veicular”.

Linha do tempo

Anos 80

Primeiras atividades associadas à utilização do gás natural no segmento automotivo brasileiro. Surge o Plangás – Plano Nacional do Gás Natural, com o objetivo de substituir o emprego de diesel no transporte público urbano, por conta do aumento dos preços do petróleo. Devido à ineficiente infraestrutura de distribuição, a restrição ao capital privado, e o diferencial de preços do gás natural relativamente ao diesel, o programa não decolou.

Anos 90

Fase de expansão das redes de distribuição, abertura de mercado para investidores privados comercializarem o combustível. Em 1996, sob nova legislação, uma melhor rede de distribuição e preços mais competitivos, o uso do gás natural foi estendido a qualquer tipo de veículo.

Século XXI

Criado o Comitê de GNV, com o objetivo de contribuir para o crescimento sustentado do setor de gás natural veicular. O Brasil conta hoje com uma frota de 1,5 milhão de veículos a GNV, e previsão de atingir 2 milhões em 2010. No mundo, circulam hoje 7 milhões de veículos a GNV – frota que consome 22 bilhões de m³ por ano.

Futuro

Assumindo-se um crescimento médio anual da frota de 18%, estima-se que em 2020 haverá 65 milhões de veículos movidos a GNV, em todo o mundo.

Comissão de Instrumentação e Automação

Sob controle

Em 1975, quando a Comissão de Instrumentação foi criada dentro do IBP, a pauta de assuntos girava em torno da Recomendação de Simbologia de Instrumentação, Especificação de Manômetros de Processos – esses assuntos foram temas do 1º Encontro de Instrumentação e virou matéria do convênio firmado com a ABNT.

Hoje os desafios são outros – até o nome da Comissão acresceu o tema automação. A Comissão estuda implantar um curso de pós-graduação em Instrumentação e Automação, organiza todos os anos o Congresso Rio Automação e tem Grupos de Trabalho focados em Programa de Visitas, Automação de Fornos, Treinamento, Proteção Ambiental e Normalização. “Surgiram novas tecnologias, muitas nuances ligadas a controles avançados, otimização e, sobretudo, há muitos novos projetos. Os sistemas de controle se transformaram no núcleo em cima do qual as indústrias de processo baseiam a sua própria operabilidade e competitividade. É daí que vem a renovada missão da comissão em educação e normalização”, conta o coordenador

da Comissão, **Vitor Finkel**.

O trabalho teve papel importante descrita criação da Comissão, quando o mercado estava em franca transformação e o governo se esforçava em estimular a fabricação local de instrumentos – o IBP teve um papel importante, participando nos comitês brasileiros que fizeram os levantamentos das informações para dirigir estas iniciativas e na divulgação das tecnologias através de seminários e cursos de treinamento. “Era a época de reserva de mercado e havia muito mais debate sobre as direções do nosso mercado fechado diante das evoluções do mercado externo. A comissão sempre funcionou como o principal fórum para estas discussões”.

Hoje o aumento de eficiência, a redução de custos e desperdícios, e a qualidade exigida do produto regulam quem sobrevive e quem dá prejuízo. “É aí que as novas tecnologias de instrumentação, automação e controle fazem toda a diferença”.



Linha do tempo

Anos 70

Criação da Comissão de Instrumentação – o IBP participa do levantamento de informações que servem de base para nacionalização de equipamentos, e da divulgação das tecnologias. Difusão dos microprocessadores. CLPs começam a substituir os painéis de controle com relés.

Anos 80

Advento dos sistemas supervi-sórios

Anos 90

Com o mercado aberto e a competitividade em alta, foi a época de redefinição da estrutura interna das companhias de processo. Surgimento dos dispositivos inteligentes, fieldbus e sistemas distribuídos

Século XXI

Os sistemas de controle se transformaram no núcleo em cima do qual as indústrias de processo baseiam a sua própria operabilidade e competitividade.

Futuro

A modernização da indústria e a competitividade direcionam os trabalhos e o futuro wireless ganha terreno. Para aumentar a capacidade de uma fábrica, surgem controles mais eficientes, com menores custos e melhor retorno de capital investido.

Comitê de Planejamento Energético

Muito além do petróleo

Em cinquenta anos, o IBP juntou experiências e se credenciou para pensar as grandes questões energéticas do país. E melhor ainda se isso pudesse ser feito dentro de um fórum interdisciplinar – por isso instituiu o Comitê de Política Energética para refletir sobre os direcionamentos da política energética adotada no país. “A idéia era formar um grupo heterogêneo, que reunisse profissionais da indústria, especialistas e pesquisadores que pudessem trazer conhecimento novo. Hoje o Comitê já conta com 15 pessoas e a idéia é que esse grupo cresça, ampliando essa diversidade”, con-



ta o assessor de Economia e Política Energética do IBP, **Felipe Dias**.

A principal pauta no primeiro ano de trabalho do Comitê tem sido o Plano Nacional de Energia 2030, elaborado pela EPE – e que também vai ser o assunto de um seminário agendado para o final de novembro. “Esse seminário ganhou apoio institucional importante da EPE e do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Energia. O trabalho que o comitê está fazendo, apesar de muito incipiente, está surtindo efeito. E as pessoas estão mostrando interesse”.

Também fazem parte das discussões questões que envolvem o desenvolvimento

do etanol como combustível e a expansão do setor elétrico.

Linha do tempo

Anos 60

O Brasil passou a ancorar seu planejamento energético em suas estatais Petrobras e Eletrobrás – a produção de energia respondia ao planejamento. Ao longo de duas décadas são construídas as grandes hidrelétricas e refinarias são construídas

Anos 90

Com a abertura do mercado, abriu-se também uma lacuna no planejamento da oferta sobre a demanda.

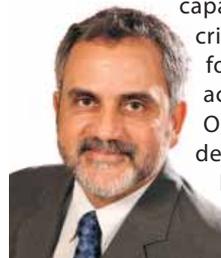
Século XXI

O setor de energia volta a discutir o papel do Estado como planejador.

Comitê de Tecnologia IBP + Onip

Tecnologia básica

A indústria do petróleo no Brasil já aprendeu que as respostas para a maior parcela dos desafios pode estar dentro de um centro de pesquisa. E também aprendeu que o trabalho poderia ter melhor resultado quando realizado em grupo. Foi quando o IBP aportou sua força no comitê de capacitação tecnológica da Onip.



“Com a criação da Gerência de Tecnologia no IBP, foi idealizada a criação desse Comitê – acumulando as atribuições do comitê da Onip, que era mais voltado para a cadeia de fornecedores, com as atribuições do IBP, mais voltado para as empresas de petróleo e gás”, conta o coordenador do Comitê de Tecnologia IBP + Onip,

Carlos Tadeu da Costa Fraga.

Na pauta de discussões, o Comitê definiu quatro princípios norteadores: áreas estratégicas e de interesse do setor de petróleo do ponto de vista tecnológico, recursos para desenvolvimento de projetos – as questões são encaminhadas ao comitê gestor do Fundo Setorial de Petróleo CTPetro a partir dessa comissão –, programas voltados para a construção de plataformas tecnológicas, e a cláusula de investimentos em P&D dos contratos de concessão da ANP.

“Esse fórum permite a discussão das questões ligadas à tecnologia sob a ótica de diferentes atores, de forma a obter orientações que possam servir de balizamento para o Comitê, e possa gerar uma influência a partir de uma comissão representativa de diversos interesses”.

Linha do tempo

Anos 50

País precisou criar bases de conhecimento para a nascente indústria do petróleo – Petrobras e IBP assumem o papel de formação.

Anos 60

Na implantação da indústria de refino no país, a transferência de tecnologia foi o artifício usado para colocar os técnicos brasileiros em contato com a tecnologia. Petrobras cria uma unidade dedicada a pesquisa e desenvolvimento.

Anos 80

Principal desafio tecnológico da Petrobras é produzir petróleo em lâminas d’água profundas. Sem tecnologia disponível, companhia desenvolve tecnologias pioneiras com fornecedores, universidades e centros de pesquisas no Brasil e no exterior.

Anos 90

Jazidas brasileiras oferecem óleo mais denso e viscoso do que as refinarias estavam projetadas para processar. Desafio é dotar o parque de refino com tecnologias que permitam transformar frações pesadas em produtos demandados pelo mercado.

Século XXI

Descobertas de petróleo em áreas de fronteira exigem novos esforços, assim como viabilização tecnológica e econômica de novas fontes de energia.

Futuro

Os eixos do desenvolvimento tecnológico tornarão o setor mais produtivo (maior produtividade, maiores índices de recuperação das jazidas, redução de custos, confiabilidade de equipamentos), levarão a novas fronteiras (onde a localização das reservas demandam aporte tecnológico, como águas ultraprofundas, reservatórios abaixo da camada de sal, e óleo ultrapesados), além dos aportes em fontes renováveis.

Comissão de SMS Downstream

Alto nível

As atividades estavam paralisadas, mas as demandas nas áreas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde continuavam a crescer. Por isso o IBP retomou os trabalhos da Comissão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) do segmento downstream. “O grande desafio é desenvolver trabalhos no que tange a padrões e políticas de SMS”, comenta o coordenador da Comissão, **Ricardo José Shamá dos Santos**.

Para atingir esse objetivo, o grupo vai implementar programas de capacitação e intercâmbio no desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e novas tecnologias. “Estamos desenvolvendo um Manual de Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, para gerenciamento operacional de postos de serviços”, adianta o coordenador.

Um dos objetivos da Comissão é desenvolver normas e procedimentos ligados às atividades de armazenagem e distribuição. E também entender novos procedimentos ligados às questões ambientais.

Os trabalhos da comissão sempre tiveram caráter informativo – com uma demanda maior nas questões de segurança. Com as questões ambientais ganhando as páginas dos jornais após a Rio 92, o IBP montou um grupo para estudar as normas relacionadas ao tema. “Hoje temos uma série de normas para postos e serviços com uma visão nas questões ambientais sem esquecer das questões de segurança”, conta Ricardo, ressaltando que a Comissão trabalha também na revisão das normas regulamentadoras de segurança do Ministério do Trabalho.



Linha do tempo

Anos 60

Governo brasileiro iniciou gestões com a Organização Internacional do Trabalho, para avaliar os altos índices de acidentes e doenças do trabalho e apontar soluções.

Anos 70

Regulamentação de Segurança e Medicina do Trabalho implantada pelo Ministério do Trabalho

Anos 80

Criados cursos pioneiros de Toxicologia Ocupacional e Ambiental que contribuíram para sensibilizar e iniciar a capacitação de profissionais de Saúde, Meio Ambiente, Segurança.

Anos 90

Lançadas as normas de gestão ambiental ISO 14000 e de segurança ocupacional OHSAS 18001

Futuro

Maior controle da sociedade e maior conscientização das empresas. Mudanças climáticas exigirão redução substancial das influências da atividade ao meio ambiente – e também às pessoas.

Conselho do Gás Natural

A todo gás

Depois que incluiu o gás em seu nome, reforçando que o tema não era paralelo a sua atuação, o IBP diversificou e ampliou suas atividades – reforçadas pelo Conselho do Gás Natural, criado no final de 2003 para tratar com mais atenção um dos setores da economia brasileira que cresceram como poucos nos últimos anos.

Na pauta, todos os assuntos regulatórios e econômicos acerca da atividade de gás natural – desde a produção até o citygate. “O Conselho tem acompanhado as discussões acerca da Lei do Gás, e sempre que tem um ponto de consenso, tentamos colocar nos debates. Acompanhamos de perto a questão do planejamento energético nacional, contribuindo com a discussão com a visão do IBP sobre a oferta e a



demanda de gás natural”, conta o gerente de Gás Natural do Instituto, **Jorge Delmonte**.

O IBP sempre teve uma Comissão Técnica para o Gás Natural – que tem uma composição mais heterogênea e dedica-se às questões técnicas. “Na comissão técnica, a participação pode ser feita por qualquer agente de mercado, desde que ele seja especialista. No Conselho participam só os investidores do segmento”.

O gerente destaca que o gás natural tem se mostrado um combustível ambientalmente mais favorável do que o petróleo – e deverá ocupar maior espaço na matriz energética mundial. “No Brasil, teremos um aumento da produção nacional e dos volumes importados”.

Linha do tempo

Anos 90

Gasoduto Bolívia-Brasil inaugura importação de gás natural no Brasil. Incremento do consumo no mercado industrial alavanca a demanda, que cresce num ritmo próximo de 20% ao ano.

Século XXI

Investimentos em produção e importação são algumas ações tomadas pelos agentes para equilibrar a oferta com a demanda.

Gás aumenta para 9.2% participação na matriz energética. País discute criação de Lei específica para o setor.

Futuro

Gás natural ganha maior peso na matriz energética brasileira e mundial.

SubComissão de Saúde

Proatividade

A Subcomissão de Saúde foi criada, oficialmente, em 2002. Mas as atividades do IBP ligadas a proteção à saúde dos profissionais acontecem desde o início dos anos 80, quando a coordenadora da Comissão de Laboratório, Jacy Palmeira, criou a Subcomissão de Toxicologia. A partir daí, foram criados cursos pioneiros de Toxicologia Ocupacional e Ambiental que contribuíram para sensibilizar e iniciar a capacitação de profissionais de Saúde, Meio Ambiente, Segurança e de Engenharia na área de riscos químicos.

Já no ano 2000, a Petrobras decidiu integrar as áreas de SMS e passou a investir fortemente na busca de excelência nessas áreas. Foi quando o IBP decidiu ampliar as atividades de saúde, congregando profissionais de diferentes áreas das empresas associadas ao IBP, órgãos governamentais e consultores convidados.

Na ocasião, a pauta de discussões da Subcomissão de Saúde era acompanhar de perto a evolução da gestão de SMS nas corporações de

petróleo em nível internacional.

Hoje os desafios são a integração da gestão de saúde na gestão de segurança e meio ambiente, a inserção da gestão da saúde como elemento importante da gestão global do negócio de petróleo, uma melhor compreensão pelos diversos segmentos das empresas do papel dos profissionais de saúde – que devem ter uma atuação essencialmente preventiva, e não focada no tratamento de doentes – e a capacitação dos profissionais de saúde nos processos operacionais da indústria. O trabalho inclui uma maior integração com as outras comissões e divulgação do assunto em eventos realizados pelo IBP.

“Na nossa visão, o fortalecimento da gestão de Saúde nas empresas passa pelo desenvolvimento da Promoção da Saúde, Higiene Ocupacional, Toxicologia e Ergonomia, bem como pela integração com outras áreas para ser efetivamente incorporada ao negócio da empresa”, conta o coordenador da Subcomissão, **Newton Richa**.



Linha do tempo

Anos 60

Nos primórdios da indústria do petróleo no Brasil a área de saúde desenvolveu-se com uma visão reativa, fundamentada na assistência médica e hospitalar dos empregados e dependentes.

Anos 70

Coube ao Dr. Daphnis Ferreira Souto, Médico Sanitarista e do Trabalho, promover um salto qualitativo, empreendendo de forma pioneira uma visão pró-ativa de Saúde Ocupacional na Petrobras – seu trabalho na Petrobras serviu de base para a regulamentação de Segurança e Medicina do Trabalho implantada pelo Ministério do Trabalho em 1972, por meio da Portaria 3214.

Anos 80

criada a Subcomissão de Toxicologia do IBP, marcando as primeiras atividades ligadas a proteção à saúde dos profissionais

Século XXI

Indústria do petróleo integra o tema saúde à gestão de segurança operacional e meio ambiente, e investe na busca de excelência nessas áreas.

Futuro

Ênfase na educação em saúde para aumentar a percepção de risco nas pessoas e fomentar a adoção de hábitos saudáveis. Capacitação para assumir responsabilidade crescente no cuidado da própria saúde, de seus familiares e de pessoas sob sua responsabilidade no trabalho.

Comissão de Comercializadores de Gás Natural

Representatividade

As reuniões da Comissão de Comercializadores de Gás Natural não poderia ter outro assunto: as regulamentações do setor de gás natural. A Comissão existe há pouco tempo, mas trabalho é o que não falta – particularmente em tempos de elaboração de portarias da ANP e da Lei do Gás, em um setor que ganhou muita importância nos últimos dez anos. “O cenário de oferta e demanda que é aprovado pelo Conselho, é preparado pela

comissão de comercializadores”, exemplifica o gerente de Gás Natural do Instituto, Jorge Delmonte.

Os membros dessa Comissão também representam a voz do Conselho de Gás do IBP no Grupo de Trabalho criado pelo Ministério de Minas e Energia com o objetivo de estabelecer um Plano de Contingência para o setor, a ser implementado num cenário de corte no suprimento de gás natural ao mercado.

Linha do tempo

Anos 90

Abertura da atividade upstream à iniciativa privada. Gasoduto Bolívia-Brasil inaugura importação de gás natural no Brasil.

Século XXI

País discute criação de Lei específica para o setor de gás natural.

Futuro

Gás natural ganha maior peso na matriz energética brasileira e mundial.

Comissão de Logística de Abastecimento de Combustíveis

Cadeia integrada

Não é muito difícil descobrir qual é o principal assunto em pauta nas reuniões da Comissão de Logística de Abastecimento de Combustíveis do IBP: os gargalos logísticos que limitam a eficiência do setor. Tudo baseado em uma sólida base teórica, através do estudo “Planejamento Integrado da Logística de Combustíveis”, realizado em parceria com o Centro de Estudos em Logística da Coppead/UFRJ. “O estudo mapeou gargalos logísticos, buscando soluções de curto e médio prazo, e quais investimentos seriam necessários para termos menores custos logísticos”, conta o coordenador da Comissão, **Carlos Felipe Lodi**.

Logística é um assunto tratado há pelo menos dez anos no IBP, como forma de gerenciar custos. “Quando falamos em logística, estamos falando em cadeia de

valor, que vai muito além do transporte”, explica o primeiro coordenador da Comissão, **Vitor Pais**.

Em 2007 os integrantes da Comissão estudaram os impactos dos projetos do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC sobre a atividade – e o que a dragagem dos portos, a ampliação da rede ferroviária, a ampliação da malha de dutos e a recuperação das rodovias pode colaborar com a atividade logística. Também foram formatados cursos na área de gestão da cadeia de suprimento, ferramentas e softwares de apoio à tomada de decisão, e operação de base.

Em suas reuniões, a Comissão também debateu sobre os impactos tributários nas operações e a simplificação dos processos de licenciamento para passagem de dutos.



Linha do tempo

Anos 60

Distribuição de combustíveis é centrada em refinarias – ponto de produção de derivados

Anos 70

País começa a ganhar bases de distribuição

Anos 90

Agentes vêm na logística um caminho para redução de custos

Século XXI

Infra-estrutura deficiente onera operações. Governo Federal lança PAC – que prevê melhorias na infra-estrutura

Futuro

Logística que sempre foi centrada nas refinarias ganha nova dinâmica com produção de biocombustíveis – e deve ficar muito mais capilarizada. Com infra-estrutura modernizada, indústria discutirá gestão colaborativa da demanda e ganhos na cadeia

Comissão de Gás Natural

Uma agenda positiva

A Comissão Técnica de Gás foi criada em 1983, quando o objetivo era promover a capacitação técnica e o debate sobre a fabricação, inspeção, segurança e manutenção de equipamentos e materiais que utilizassem como combustível o GLP, gás natural e gás de nafta. Hoje congrega representantes de toda a cadeia visando o debate de aspectos técnicos, econômicos e regulatórios na área de gás natural; acompanhando e divulgando tecnologias desenvolvidas no exterior e no Brasil e realizando estudos de interesse da indústria. “A elaboração do Seminário Internacional de Gás é um dos principais eventos de responsabilidade da Comissão. Este ano foi realizada a sua 11ª edição no Rio de Janeiro, que contou com mais de 200 participantes e discutiu perspectivas de suprimento no médio e longo prazo, marco regulatório, visão do mercado no Cone Sul e as condições para a sustentabilidade da indústria”, conta a coordenadora da Comissão, **Patrícia Brunet**.

O desenvolvimento da indústria de gás no Brasil se deu em contexto de liberalização dos preços dos combustíveis

concorrentes e também do aproveitamento da oferta de gás para o atendimento a geração térmica – no entanto, entre 1998 a 2006, foi o incremento do consumo de gás no mercado industrial que alavancou a demanda, que cresceu em média 16% ao ano. No momento, o grande desafio está relacionado ao equilíbrio entre a oferta e demanda – uma questão comum a todos os países do Cone Sul. “Para a sustentabilidade da indústria de gás natural no país é necessário incentivar a diversificação das fontes de suprimento, minimizando o risco de falhas, com maior ênfase na produção nacional e desenvolvimento de novas frentes de importação. Para que este cenário se torne possível, os investimentos em todos os setores da indústria necessitam de regras claras, estáveis, que proporcionem transparência e previsibilidade para os investidores. Um marco regulatório adequado à realidade da indústria é fundamental para propiciar a segurança e promover a atração de investimentos”, ressalta Patrícia.



Linha do tempo

Anos 80

Primeiras atividades associadas à utilização do gás natural no segmento automotivo brasileiro. Criada a Comissão de Gás do IBP

Anos 90

Abertura da atividade upstream à iniciativa privada. Gasoduto Bolívia-Brasil inaugura importação de gás natural no Brasil. Incremento do consumo no mercado industrial alavanca a demanda, que cresce num ritmo próximo de 20% ao ano.

Século XXI

Investimentos em produção e importação são as algumas ações tomadas pelos agentes para equilibrar a oferta com a demanda.

Gás aumenta para 9,2% participação na matriz energética. País discute criação de Lei específica para o setor.

Futuro

Gás natural ganha maior peso na matriz energética brasileira e mundial.

Comissão de Laboratório

Análítico

A Comissão de Laboratório também é uma das mais antigas do IBP – criada em janeiro de 1959 para reunir representantes das refinarias, distribuidoras, centros de pesquisas e organismos governamentais, com o objetivo de estudar problemas de interesse comum dos laboratórios da indústria de petróleo como especificações, métodos de ensaio, calibração de equipamentos e instrumentos e boas práticas de laboratórios.

Com a evolução das técnicas analíticas, automação de laboratórios, sistemas da qualidade, acreditação de ensaios e as questões de segurança, saúde e meio ambiente, a comissão tornou-se também um importante fórum de discussão, troca de experiências e consultoria, além de promover seminários e cursos específicos de interesse da comunidade.

Várias atividades tornaram-se independentes na

Linha do tempo

Anos 50

IBP instala a Comissão de Laboratório – a terceira criada pelo Instituto

Anos 60

A Comissão de Laboratório concentra esforços no convênio IBP/ABNT para elaboração de normas técnicas de métodos de ensaio e amplia as atividades de consultoria e pareceres técnicos

Anos 80

Criação dos primeiros Programas Interlaboratoriais, visando a compatibilização dos laboratórios de ensaios que utilizam uma mesma técnica analítica.

Anos 90

Qualidade e produtividade, normas da série ISO 9000, acreditação de laboratórios

Século XXI

O elevado custo do petróleo, regulamentações ambientais e a evolução tecnológica dos motores, trazem desafios relacionados a características mais severas de qualidade dos derivados de petróleo e consequentemente serão necessárias novas técnicas analíticas, automatizadas, mais rápidas e precisas e com menores limites de detecção. Biocombustíveis, monitoramento ambiental, saúde e segurança ganham espaço nas discussões da comunidade.

Futuro

Face às questões ambientais, será impeditivo o desenvolvimento de atividades relacionadas ao uso de combustíveis renováveis e fontes alternativas de energia. Neste contexto, a química como ciência e os laboratórios terão papel fundamental no desenvolvimento de novas tecnologias que possam efetivamente contribuir para a melhoria da qualidade de vida do planeta.

estrutura do IBP, como é o caso de algumas comissões de estudo da ABNT implantadas em fevereiro de 1959 através do convênio IBP / ABNT e que atualmente são comissões de estudo do ONS-34.

Desde 1984 a Comissão de Laboratório coordena programas interlaboratoriais visando a compatibilização dos resultados de ensaios entre os diversos laboratórios participantes dos programas. A atividade teve seu início trabalhando com amostras de gasolina, incluído posteriormente lubrificantes e óleo diesel. Recentemente o

IBP estruturou uma área específica para coordenação desta atividade e tem concentrado esforços com vistas a se tornar um organismo provedor de programas interlaboratoriais e de ensaios de proficiência.

Atualmente a Comissão de Laboratórios do IBP ampliou a participação de membros e hoje conta com representantes de universidades e centros de pesquisa do país, além do Inmetro e ANP. Também incluiu em seu escopo de trabalho as atividades relacionadas aos combustíveis renováveis.

Comissão de Inspeção de Equipamentos

Confiabilidade

A Comissão de Inspeção de Equipamentos é uma das mais antigas do IBP, criada nos primeiros anos do Instituto, como uma subcomissão da Comissão de Refino – uma situação aproximada com o que acontecia no American Petroleum Institute. E já em 1961 organizou o primeiro seminário do IBP – sobre o tema da Corrosão. “O evento foi realizado num auditório improvisado no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, nos dias 7 a 11 de agosto. Foi aberto pelo Dr. Plínio Cantanhede e contou com a presença de importantes personalidades ligadas à indústria do petróleo como o Dr. Antonio Seabra Moggi, da Petrobras, o Dr. Eduardo Difini, da Refinaria de Manguinhos, Orfila Lima dos Santos, da Petrobras-RPBC, Hans Westphalen, da Refinaria de Capuava, Albary Eckman Peniche, chefe da Inspeção da RPBC, Pedro da Cunha Carvalho, chefe da Inspeção da Reduc”, conta o atual coordenador da Comissão, **Carlos Bruno Eckstein**.

Na segunda metade da década, considerando a

significativa atividade e participação da comunidade de inspeção, demonstrando haver massa crítica, a Subcomissão foi transformada em Comissão. Com autonomia, logo a seguir realizou o primeiro Seminário de Inspeção, abrigado na Reduc quando compareceram mais de 30 pessoas diretamente ligadas a esta atividade.

O foco é o desenvolvimento técnico da atividade de inspeção de equipamentos. No entanto, funciona também um fórum para avaliação de políticas da área, como as normas que influenciam na atividade e o aprimoramento dos profissionais e empresas do setor. “Nosso grande desafio é apresentar propostas que, harmonizando interesses de toda a comunidade, venham a promover o aprimoramento técnico da comunidade de inspeção, a qualidade de nossas normas, facilitar a gestão dos serviços de inspeção, e assim, dar bases para a formação de um ambiente favorável a qualidade final dos serviços de inspeção”.



Linha do tempo

Anos 30

API cria a Subcomissão de Supervisores de Inspeção de Equipamentos, que elaborou os conhecidos Guias de Inspeção do API

Anos 60

Criada a Comissão de Inspeção de Equipamentos do IBP, como uma subcomissão da Comissão de Refino, que se transformaria em Comissão.
Organiza o primeiro seminário do IBP – sobre o tema da Corrosão, e o primeiro seminário de Inspeção.
Publicação de Guias – nº 1, sobre “Finalidade, Atribuições e Organização da Inspeção de Equipamentos na Indústria de Petróleo e Correlatas”; nº 2, contendo terminologia no campo da inspeção; nº 4 sobre “Inspeção de Geradores de Vapor a Combustão” (Caldeiras); e nº 9, para Inspeção de Tanques de Armazenamento.

Século XXI

Até hoje a Comissão continua a desenvolver e apoiar atividades que possam contribuir para o crescimento do setor de inspeção de equipamentos e o aumento da integração da comunidade técnica, através da realização de debates, elaboração de publicações, promoção de cursos e eventos, com destaque para o Seminário de Inspeção de Equipamentos – Seminsp.

Futuro

O setor de inspeção será fortemente influenciado por desenvolvimentos tecnológicos, que permitirão otimização de recursos e maior efetividade dos planos de inspeção a serem aplicados para definição de vida residual dos equipamentos industriais. Profissionais precisarão de melhor treinamento para se adequar a este novo ambiente.

Comissão de Negócios Eletrônicos

O negócio do futuro

Linha do tempo

Século XXI

Por ser uma tecnologia surgida com o aparecimento da Internet, o e-business tornou-se realidade na virada do século. Ferramentas mais confiáveis aliadas ao maior conhecimento e domínio das mesmas permitiram o desenvolvimento de soluções mais robustas para os negócios, viabilizando as transações via web – tudo isto apoiado no rápido amadurecimento do setor de telecomunicações do país. Após o seminário sobre o e-Commerce na Indústria do Petróleo, o IBP decidiu constituir uma Comissão com o objetivo de estudar e discutir as mudanças causadas nas atividades das empresas de petróleo.

Futuro

Os novos paradigmas determinados pelo negócio – informação em tempo real, flexibilidade, mobilidade, colaboração interna e externa, adoção de uma perspectiva cada vez mais globalizada, compartilhamento de processos de negócio x ambiente competitivo, e “desmaterialização” de processos de negócio determinarão a busca por novas tecnologias.

O IBP decidiu constituir uma Comissão de Negócios Eletrônicos no ano 2000, tendo como foco a padronização de documentos eletrônicos e a divulgação dos conceitos, pouco difundidos naquela época, de e-procurement, e-commerce e e-learning – na ocasião foram realizados seminários com os conceitos teóricos e as experiências práticas que então se iniciavam. “Várias apresentações contribuíram para essa divulgação, como as iniciativas de e-procurement no lado das empresas e no lado de vendas da cadeia, e o padrão XML na indústria do Petróleo (Petroleum Industry Data Exchange – PIDX)”, conta o coordenador da Comissão, **Romulo Barroso**.

Outro trabalho de bastante destaque foi a pesquisa realizada pela Coppead/UFRJ sobre a utilização do e-business na área de petróleo e gás, gerando um retrato bastante interessante da razão e benefícios da adoção do e-business nas empresas do setor.

“Uma vez que o conceito de e-business já

é uma realidade difundida e aplicada no mercado de Oil & Gas, o foco voltou-se para a área de Tecnologia da Informação, onde a Comissão tem como desafio identificar soluções para atender as principais demandas e requerimentos das empresas do setor. Essa busca acontece convidando empresas do setor e principais fornecedores, para divulgar, através de palestras e apresentações específicas na Comissão, soluções que, comprovadamente, tenham adicionado valor às organizações”.

Novos paradigmas determinados pelo negócio – desde a informação em tempo real, flexibilidade, mobilidade, colaboração interna e externa, adoção de uma perspectiva cada vez mais globalizada e compartilhamento de processos de negócio x ambiente competitivo, até a própria “desmaterialização” de processos de negócio determinarão a constante busca por novas tecnologias.





**Instituto Brasileiro de Petróleo,
Gás e Biocombustíveis**

www.ibp.org.br